

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

JUCILENE MORAES LOPES

PRAÇAS PÚBLICAS NA ZONA NORTE DE MACAPÁ-AMAPÁ: UMA ANÁLISE
À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR.

ARARAQUARA – SP
2018

JUCILENE MORAES LOPES

**PRAÇAS PÚBLICAS NA ZONA NORTE DE MACAPÁ-AMAPÁ: UMA ANÁLISE
À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE E PLANO DIRETOR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara-UNIARA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo de Almeida

ARARAQUARA – SP

2018

C194i Lopes, Jucilene Moraes
Praças públicas na zona norte de Macapá-Amapá: uma análise à luz do estatuto da cidade e plano diretor / Jucilene Moraes Lopes.
Araraquara: Universidade de Araraquara, 2018.
92f.

Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo de Almeida

1.Políticas públicas. 2. Praças. 3. Política Urbana. 4. Zona Norte.
Macapá. 3..

CDU 504.03



ATA DE COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA PARA JULGAMENTO DA PROVA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE PELO (A) MESTRANDO (A) **Jucilene Moraes Lopes**. Aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2018 em sessão pública, na Universidade de Araraquara, na presença da Banca Examinadora, composta pelos (as) docentes: **Prof. Dr. Leandro de Lima Santos** docente na UFSCAR – Campus Lagoa do Sino, **Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo** e **Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida** {orientador [a]}, docentes neste Programa, tiveram início os trabalhos de julgamento da Prova de Dissertação para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pelo (a) mestrando (a) **Jucilene Moraes Lopes**. Os examinadores, observando o tempo regulamentar, argüiram o (a) candidato (a) sobre a dissertação que o (a) mesmo (a) havia apresentado, intitulada “*Função Social das Praças Públicas na Zona Norte de Macapá-AP: Efetividade da Política Urbana*” tendo o (a) candidato (a) procurado explicar e/ou rebater as críticas formuladas pelos argüidores. Após a conclusão da prova de Dissertação, foi suspensa a sessão pública e em sessão secreta, os argüidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a sessão pública, foram anunciados os resultados: **Prof. Dr. Leandro de Lima Santos**, Aprovado; **Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo**, Aprovado; **Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida**, Aprovado. Média Final: **APROVADA**, fazendo jus, portanto ao título de **Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente**, de acordo com os Artigos 33 aos 35 do Regulamento Geral do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos senhores membros da Comissão Examinadora, aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2018.

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

AGRADECIMENTOS

Considero o sentimento de gratidão um dos mais importantes, por isso procuro sempre fomentá-lo no meu cotidiano. A trajetória do mestrado, foi um período, em que esse sentimento esteve ainda mais sempre presente.

Primeiramente, minha gratidão ao ser Supremo por sua graça e proteção sempre.

À minha família, que mesmo longe sempre é minha base e torce por mim. Aos meus pais, por todo o incentivo ao estudo, os valores passados e por sempre acreditarem em mim.

A jornada do mestrado foi marcada por momentos embaraçosos, mas na travessia desses momentos, pude ver o quão importante é a amizade, a bondade e a fé. Graças à ajuda e boa vontade destas pessoas: Abdinel Ferreira, Edmilson Batista, Érica Leite, Lúcia Vieira, Marinilza do Vale, Marissélia Figuerêdo, Osmando Brasileiro, Ramona Santana e Reginaldo Santos, foi possível continuar e concluir a jornada. Não há palavras que possam exprimir a grande gratidão que tenho a todas elas. A vocês, a minha eterna GRATIDÃO.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo de Almeida, por me deixar sempre à vontade, em relação ao trabalho, e por orientar-me com humanidade e sabedoria.

Aos amigos de perto e aos distantes, pela amizade e carinho. Obrigada por fazerem parte da minha caminhada, a presença de vocês deixa os momentos de lutas menos difíceis.

Ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, em especial, à Ivani e à Silvinha, que sempre estão aptas a ajudar, nunca me negaram nenhum auxílio e sempre respondiam aos e-mails (com rapidez e clareza). Meninas, gratidão por tudo. Aos professores e demais colaboradores que fazem a pós-graduação ser mais humana.

À Professora Dr.^a Helena Lorenzo, pelas contribuições dadas ao trabalho no seminário de dissertação e qualificação, elas foram valiosas.

Ao Professor Dr. Leandro de Lima Santos, por sua presença e contribuições na qualificação deste trabalho.

Em especial, minha gratidão à Professora Dr.^a Lúcia Leitão da Universidade Federal de Pernambuco, por, gentilmente, ter respondido aos meus e-mails e enviado uma

cópia do seu livro para minha residência. Ele foi de suma importância para a construção deste trabalho.

Aos amigos da turma 2016, que me acolheram, pelos momentos de descontração e a possibilidade de conhecimentos em várias áreas do conhecimento. Aos amigos, Fernando Henrique, Luís Gustavo e Renata Muniz que me forneciam os materiais e passavam as informações quando eu estava distante.

À Cícera Oliveira e família, pelos fins de semana em São Carlos e o carinho.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, pela acolhida e conhecimento compartilhado quando foi necessário ficar em outro setor.

Ao Eli Leite e família, à Neusa Borges, à Jéssica Alho por terem cuidado da minha casa, nos momentos de minha ausência.

Acredito que todas as pessoas que conhecemos (mesmo por curto período) são fundamentais para nossa evolução na caminhada da vida, por isso minha gratidão a todas as pessoas que encontrei até esse momento.

RESUMO

As praças são um tipo de espaço público mais comum nas cidades brasileiras. Elas compõem o espaço urbano, desde o período colonial até os dias atuais, mesmo sofrendo alterações referentes à função, morfologia, estética e formas de uso no decorrer dos séculos. Ainda detêm vários papéis desempenhados à população. As várias bibliografias utilizadas neste trabalho consideram-nas um *locus* de convivência. O trabalho tem por objetivo verificar as funções de 12 praças, localizadas em 8 bairros na Zona Norte de Macapá. E responder se há efetividade da política urbana no que se refere às condições desses espaços públicos. A escolha por esse objeto de estudo surge da necessidade de conhecer a qualidade e quantidade de praças que estão à disposição dos moradores que têm suas moradias afastadas do bairro central da cidade. Foram realizadas coletas de dados primários através da metodologia de avaliação de praças feita proposta por (DE ANGELIS, CASTRO & DE ANGELIS NETO, 2004); e adaptações feitas (BOVO, 2009) e (MACIEL, 2016), de registro fotográficos e observação. E dados secundários em sites e órgãos públicos. Os espaços públicos estudados têm funções variadas: recreativa, esportiva e mista. A maioria deles encontram-se em situação regular e outros em condições precárias, necessita que haja efetividade da política urbana.

Palavras-chave: Espaço público. Praças. Política Urbana. Zona Norte. Macapá.

ABSTRACT

Squares are a type of public space more common in Brazilian cities. They compose the urban space, from the colonial period to the present day, even undergoing changes, over the centuries, relating to its function, morphology, aesthetics as well as forms of use, the squares still hold various role destined to the population. The various bibliographies used in this work consider them a locus of coexistence. The objective of the work is to verify the functions of 12 squares, located in 8 neighborhoods in Macapá, specifically on the North Zone and hereon answer if there is a real effectiveness of the urban policy with regard to the conditions of the squares. The choice for this object of study arises from the need to really know the quality and quantity of squares that are available to the residents who have their houses away from the central district of the city. Primary data collection was done through the methodology of squares evaluation proposed by (DE ANGELIS, CASTRO & DE ANGELIS NETO, 2004); and adaptations made (BOVO, 2009) and (MACIEL, 2016), of photographic registration and observation; secondary data was collected on websites and public bodies. The public spaces studied have varied functions: recreational, sportive or both activities mixed. Most of them are in a regular situation and some others in precarious conditions, necessitating greater effectiveness as part of urban policy.

Keywords: Public space. Squares. Urban Politics. North Zone. Macapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Macapá e Santana no estado do Amapá	23
Figura 2 - Unidades de Gestão Urbana de Macapá (localização da Zona Norte de Macapá)	26
Figura 3 – Fluxograma da avaliação.....	29
Figura 4 - Praça da Rodoviária.....	58
Figura 5 - Praça da Rodoviária II	59
Figura 6 - Praça do Ministério Público.....	60
Figura 7 - Praça do Ministério Público II.....	60
Figura 8 - Praça Pastor Nery Ferreira de Oliveira (Praça da Rodovia do Curiaú)	62
Figura 9 - Praça Pastor Nery Ferreira de Oliveira à noite (Praça da Rodovia do Curiaú) ..	63
Figura 10 - Praça Arena do Jardim I	64
Figura 11 - Praça Arena do Jardim I	64
Figura 12 - Praça da UBS Marcelo Cândia	65
Figura 13 - Praça da UBS Marcelo Cândia	66
Figura 14 - Praça do Jardim II	67
Figura 15 - Praça do Jardim II	67
Figura 16 - Praça Nova e Eterna Aliança	69
Figura 17 - Praça Nova e Eterna Aliança II	69
Figura 18 - Praça Raimunda Capiberibe.....	70
Figura 19 - Praça Raimunda Capiberibe II.....	71
Figura 20 - Arena do Renascer	72
Figura 21 - Reportagem sobre abandono da praça Do Pantanal.....	73
Figura 22 - Praça do bairro Pantanal	73
Figura 23 - Praça do bairro Pantanal	74
Figura 24 - Praça CEU das Artes	75
Figura 25 - Praça do bairro Boné Azul.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Funções das praças.....	44
Gráfico 2 - Qualidade da iluminação das praças da Zona Norte de Macapá.....	46
Gráfico 3 - Presença e qualidade das lixeiras nas praças da Zona Norte	47
Gráfico 4 - Presença e qualidade de banheiro das praças da Zona Norte.....	48
Gráfico 5 - Telefones públicos nas praças da Zona Norte.....	49
Gráfico 6 - Presença de estacionamento nas praças da Zona Norte	50
Gráfico 7 - Pontos de ônibus nas praças da Zona Norte.....	50
Gráfico 8 - Presença de Quadra poliesportiva nas praças da Zona Norte	51
Gráfico 9 - Presença de Campo e Arquibancada nas praças da Zona Norte	51
Gráfico 10 - Presença de Pista de Skate e Academia Popular nas praças da Zona Norte ...	52
Gráfico 11 - Presença de Playground nas praças da Zona Norte.....	53
Gráfico 12 - Quiosque presente nas praças da Zona Norte de Macapá.....	54
Gráfico 13 - Presença de Edificação Institucional.....	54
Gráfico 14 - Aspecto geral das praças da Zona Norte.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições/ Órgãos Públicos localizados na Zona Norte.....	25
Quadro 2 - Funções Sociais da Cidade.....	31
Quadro 3 - Tipologia e função dos espaços públicos	36
Quadro 4 - Função social das praças de acordo com o período histórico	39
Quadro 5 - Valores ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos.....	40
Quadro 6 - Quantidade de praça por bairro/conjunto habitacional/loteamento na Zona Norte de Macapá.....	42
Quadro 7 - Funções Sociais identificadas nas praças	44
Quadro 8- Quantidade de equipamento por praça	56
Quadro 9- Quantidade de equipamentos ou presença de estrutura por praça.....	56
Quadro 10- Quantidade de equipamentos ou presença de estrutura por praça (continuação)	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de urbanização dos Estados da região Norte	19
Tabela 2 - Números de habitantes por municípios amapaense de acordo com censos 1991, 2000 e 2010	21

LISTA DE SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
APP	Área de Preservação Permanente
CAF	Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
CIOSP	Centro Integrado de Operações em Segurança Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
IBEU	Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAP	Instituto Federal do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
IPEM	Instituto de Peso e Medidas
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública do Amapá
MCMV	Minha Casa Minha Vida
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Diretor de Macapá
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
POLITEC	Polícia Técnico e Científica
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNIARA	Universidade de Araraquara
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa.....	16
1.2 Objetivos.....	17
1.3 Caminhos da Pesquisa e Universo Empírico.....	17
1.3.1 O estado do Amapá	19
1.3.2 A cidade de Macapá	20
1.3.3 Zona Norte de Macapá	23
2 POLÍTICA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO	27
2.4 Espaço público.....	34
2.5 As Praças	37
3. AS PRAÇAS DA ZONA NORTE DE MACAPÁ.....	42
3.1 Localização das praças	42
3.2 Funções Sociais das praças.....	43
3.3 Análise dos equipamentos e estruturas presentes nas praças públicas estudadas.....	45
3.4 Dados qualitativos	57
3.4.1 Praças localizadas no bairro São Lázaro	57
3.4.2 Praças localizadas no bairro Jardim Felicidade	61
3.4.3 Praça localizada no bairro Jardim Felicidade II	66
3.4.4 Praças localizadas no bairro Novo Horizonte.....	68
3.4.5 Praça localizada no Bairro Renascer	71
3.4.6 Praça localizada no bairro Pantanal.....	72
3.4.7 Praça localizada no bairro Infraero II	74
3.4.8 Praça localizada no bairro Boné Azul	75
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	82
Anexo 1- Ficha para o Levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas praças	89
Anexo 2- Critérios para avaliação qualitativa dos equipamentos presentes na praça	91

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como boa parte dos países em desenvolvimento, experimenta, desde a segunda metade do século XX, um rápido processo de urbanização. Esse fenômeno, caracterizado pela concentração populacional nas cidades aconteceu dissociado do crescimento da infraestrutura física (moradias, saneamento, transporte público), e social (educação, saúde, lazer) bem como, do acesso ao emprego e renda digna, levando parcela considerável da população a viver em condições precárias (BRASIL, 2004; SANTOS, 2008).

O estado do Amapá, apesar de estar situado na região norte do país, à qual é considerada pouco urbanizada quando comparada as demais, apresenta a maior taxa de urbanização regional, com 88,6% de sua população é urbana. Macapá, capital amapaense, tem 95% da população que vive na zona urbana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010). Assim, como a maioria das cidades brasileiras, a infraestrutura urbana é deficitária.

Este trabalho tem como objeto de estudo das praças localizadas na Zona Norte de Macapá. Essa zona teve sua ocupação iniciada na década de 80 e tem sido uma área de expansão da malha urbana da capital amapaense.

No total, há 12 praças construídas na referida área de estudo, e todas foram pesquisadas. Elas estão distribuídas em 8 bairros, que juntamente com outros 12 aglomerados urbanos (bairros, loteamentos, conjuntos habitacionais e condomínios fechados) formam o eixo norte de cidade.

As praças são componentes urbanos que têm função e importância ao espaço urbano. Já que a vida na cidade é versátil e marcada pela complexa dinâmica das atividades urbanas, tais espaços são propícios ao descanso, ao lazer e ao convívio (GEHL, 2015).

O estudo das praças é feito por várias áreas de conhecimento, geralmente, esses estudos estão relacionados à morfologia, à infraestrutura, à história presente, às funções e à sociabilidade desses lugares. A pesquisa aqui apresentada está relacionada à infraestrutura, às funções, e também à política urbana relacionada a esse elemento urbano . Sobre as praças nas cidades, Caldeira (2007, p. 4) destaca que:

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes, observa-se que a praça se apresenta como um locus privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Atualmente, as praças desfrutam de um enorme prestígio, sobretudo a partir da voga pela “qualidade de vida”, presente nos projetos de revitalização urbana. Constituem, também, tema central dos debates que envolvem a cena urbana contemporânea.

Sobre a contemporaneidade e a utilização do espaço público, pensava-se que diante do advento das tecnologias e facilidades de acesso a elas, a utilização desses espaços sofreria um forte abalo. Mas de encontro a esse pensamento: é possível constatar que tais espaços têm sido usados para diversos fins: reivindicações em prol das questões coletivas, convívio social etc. (WISNIK, 2017). O que se vê é que as tecnologias têm contribuindo para marcar os encontros nesses locais. A ferramenta evento presente no *facebook*, uma das redes sociais, mais populares no Brasil, é muito utilizada para essa finalidade.

O presente trabalho, buscou conhecer as principais funções das praças públicas localizadas na maior unidade de gestão de Macapá, e à luz dos principais marcos legais da política urbana no Brasil: federal (Estatuto da Cidade) e municipal (Plano Diretor) se esses espaços públicos e suas respectivas condições no espaço urbano condiz com que preconiza a política urbana, ou seja, responder se há eficácia de tal política.

Juntamente com esta parte introdutória (primeira parte), o trabalho está organizado em 2 capítulos. O capítulo 1: política urbana e espaço público, onde se buscou conceitos e elementos teóricos para a pesquisa. Apresenta conceito e tipos de políticas públicas; aspectos gerais sobre a política urbana no Brasil. Discussões sobre conceito, tipo e importância de espaços públicos. Por último, conceito, tipos, funções e mudanças no decorrer da história no uso das praças públicas.

O segundo capítulo, traz os resultados da pesquisa de campo, nas quais foram colhidas as informações e respondida a ficha sobre os equipamentos e estruturas das praças e as observações feitas. São apresentados: a localização das praças por bairros, funções desses elementos, análise dos equipamentos e estruturas nelas presentes. E também, gráficos, quadros dos dados obtidos e dados qualitativos: possuem as informações e fotos individualizadas de cada praça pesquisada.

De antemão, explicita que algumas lacunas como: nome oficial, criação, história e até possíveis políticas públicas atuais do poder público voltadas para praças aqui estudadas, não foi possível obtê-las, durante o período de pesquisa à ida aos órgãos

públicos municipais (Secretarias: de desenvolvimento urbano, de manutenção urbanísticas e obras) foi feita, mas as informações não foram obtidas.

O presente trabalho tem as seguintes problematizações:

- a) Quais as funções das praças?
- b) Há eficácia da política urbana no que se refere às condições das praças?
- c) Qual a qualidade da infraestrutura das praças disponíveis à população moradora da periferia de Macapá?

1.1 Justificativa

Nos finais de tarde, fins de semana e feriados, é possível ver quantidade de pessoas que utilizam os espaços públicos (as praças do Forte e Floriano Peixoto e o entorno da Fortaleza de São José de Macapá) situados na região de central de Macapá. Esses espaços são utilizados para praticar atividades físicas, lazer, comércio, socialização (piqueniques são feitos por família, grupos de amigos e outros), comemorações de aniversários, atividades religiosas etc. Portanto, nota-se um interesse dos macapaenses em utilizar as praças. E também, uma concentração de espaços públicos mais estruturados na zona central de Macapá.

Diante das duas razões acima citadas: interesse na utilização das praças e concentração de melhores praças no centro da cidade, é que este trabalho fez um estudo das praças localizadas na periferia dessa cidade (Zona Norte). A escolha das praças situadas na Zona Norte da referida cidade surge da necessidade de conhecer a qualidade e quantidades desses equipamentos coletivos de lazer que estão à disposição dos moradores. E assim saber as condições desses espaços públicos disponibilizados à população que vive nessa área periférica da capital amapaense.

As praças públicas atendem a um número diversificado da população. Elas têm variadas funções. E também, às vezes, contradizem o que preconizam as políticas públicas, mas legitimam a necessidade das coletividades que utilizam esse espaço como símbolo de identidade e pertencimento (BORGES, 2011).

A escolha do referido do objeto e local da pesquisa deve-se à importância das praças como bem destacou Borges em sua dissertação e à lacuna científica existente. Não existem trabalhos cujo foco seja ligado ao espaço urbano da zona Norte, especialmente,

análises voltadas para a compreensão da infraestrutura social disponibilizada à sua população.

Pretende-se que esta pesquisa contribua para as mais variadas áreas de conhecimento, pois o tema é bem abrangente e disponibilizará informações relacionadas à infraestrutura social, as quais poderão auxiliar na tomada de decisão, por gestores públicos, para otimizar a utilização dos recursos públicos na área estudada. E também as associações dos bairros terão informações catalogadas das praças localizadas em seus respectivos bairros.

1.2 Objetivos

O objetivo central deste trabalho é verificar as funções sociais das praças localizadas na Zona Norte de Macapá. Como objetivos específicos, têm-se:

- Efetuar um levantamento quantitativo e qualitativo dos equipamentos instalados nas praças;
- Examinar à luz do Estatuto da Cidade e Plano Diretor de Macapá se as condições das praças condizem com que preconiza tais políticas públicas;
- Conhecer as condições da infraestrutura;
- Verificar o estado de conservação desses espaços públicos.

1.3 Caminhos da Pesquisa e Universo Empírico

Na execução da pesquisa foram necessários vários procedimentos metodológicos. Inicialmente, recorreu à pesquisa exploratória e bibliográfica: através da consulta a livros, artigos científicos, relatórios e outros. Referente à pesquisa bibliográfica recorreu-se, principalmente, aos principais marcos da política urbana nacional: Constituição Federal e Estatuto da Cidade, e municipal: Plano diretor.

A pesquisa de campo foi essencial para construção desta dissertação para a coleta de dados primários: levantamento fotográfico, registro das observações e informações referentes às praças estudadas. A técnica de observação direta foi bastante utilizada para

registros em um diário de campo no intuito de ajudar no alcance dos demais objetivos. Gil (2008, p.100) destaca a vantagem da utilização da técnica escolhida:

A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida.

Os dados secundários foram necessários e buscados em estudos feitos sobre a temática e sobre o universo de estudo.

Para avaliar a infraestrutura dos espaços públicos estudados neste trabalho, foi utilizada proposta de avaliação de praças públicas criada por De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), denominada de metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. Com adaptações feitas por Bovo (2009), na sua tese de doutorado, e Maciel (2016), utilizada na sua dissertação.

A metodologia de avaliação utilizada na pesquisa de campo, para construir esta dissertação, é composta por uma ficha para o levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas praças (anexo 1). Na qual é verificado 38 itens (listados na avaliação escolhida), e se eles compõem o mobiliário e fazem parte da estrutura dos espaços públicos estudados.

Referente à avaliação qualitativa dos equipamentos citados na ficha, De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004, p. 62) ressaltam que:

Em qualquer situação, qualquer que seja um elemento a ser avaliado qualitativamente é preciso estabelecer, previamente, critérios claros e determinar parâmetros rígidos que irão nortear o trabalho. Em não sendo dessa forma, os objetos a serem avaliados sofrerão diferentes avaliações, seja em função do caráter subjetivo da questão, ou em função da influência pessoal do avaliador.

Para evitar a influência pessoal, os critérios utilizados para realizar a avaliação qualitativa dos equipamentos ou estrutura presentes nas praças estudadas, fez-se uso de critérios estabelecidos por Bovo (2009) (anexo 2).

1.3.1 O estado do Amapá

O estado do Amapá pertencente à região Norte, tem a menor extensão territorial dos 7 estados que formam a sua macrorregião, com 142.815 km², é dividido em 16 municípios. Faz fronteira com Guiana Francesa e Suriname e limita-se com o estado do Pará. O clima predominante no Amapá é Equatorial superúmido e referente à vegetação, a floresta amazônica tem maior abrangência, mas há também presença do cerrado, mangues e campos inundados.

De acordo com o censo populacional de 2010 o estado tem 669.526 habitantes (IBGE, 2010). O Amapá destaca-se dos demais estados pertencentes à Amazônia, por ter elevada taxa de urbanização (TABELA 1). A taxa de urbanização dele é similar aos estados das regiões Sul e Sudeste onde a concentração populacional nas zonas urbanas é intensa.

Tabela 1 - Taxa de urbanização dos Estados da região Norte

ESTADO	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
Acre	73,2
Amazonas	83,6
Amapá	88,6
Rondônia	73,6
Roraima	84,3
Pará	69,9
Tocantins	77,5

Fonte: Elaborada pela autora a partir das informações do Censo IBGE (2010).

No Amapá em 1940 a taxa de urbanização era somente 7,1%, em 60 anos, essa taxa teve um aumento de 82,9%. Em 2000, 89% da população amapaense encontravam-se nas cidades. O crescimento rápido da população amapaense e, sua concentração nas cidades, deve-se à implantação dos grandes projetos desenvolvidos no estado (IBGE, 2007).

O projeto Icomi, o projeto Jari, o projeto de silvicultura: eucalipto e pinus, a criação de área de livre comércio Macapá e Santana e projeto Amapari foram responsáveis pela rapidez no aumento populacional ocasionado pela migração, conseqüentemente, abriu caminhos para uma urbanização precária (TOSTES, 2012).

A demasiada aglomeração populacional que o Amapá teve nas últimas décadas contribuiu para um processo de urbanização deficiente, pois a oferta de infraestrutura física e social não foi proporcional à demanda dos habitantes das áreas urbanas. A falta ou a precariedade de infraestrutura física e social atinge majoritariamente as pessoas de baixa renda, o que contribui para a proliferação de ocupações irregulares, violência e desemprego que compromete diretamente o bem-estar (BRASIL, 2004).

A economia do Amapá é dependente dos recursos naturais, caracteriza-se pela exploração de matérias-primas e produtos primários. O setor secundário é quase inexistente, devido à oferta de energia limitada e por outras deficiências em infraestrutura. O setor terciário, incluída a administração pública, é o mais representativo da economia amapaense (BRASIL, [2001?]).

Os grandes projetos econômicos, anteriormente citados, e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana tornou o Amapá um atrativo às populações migrantes originárias de áreas empobrecidas do Nordeste e dos demais Estados do Norte, principalmente, o Pará (ROCHA, 2002). Ainda de acordo com Rocha (2002, p. 6), muitos problemas foram causados pela forte migração:

Absorver esses contingentes demográficos tem sido um desafio de peso para o Estado, tanto no que concerne à expansão e criação de novas atividades produtivas, como à garantia de acesso à infra-estrutura social. A urbanização acelerada, que implica concentração demográfica crescente no eixo Macapá-Santana, vai de par com o agravamento das condições de vida na capital devido à multiplicação de assentamentos residenciais precários e com características de elevada densidade.

1.3.2 A cidade de Macapá

Macapá (capital do estado do Amapá) tem 398.204 habitantes. De acordo com o IBGE, em 2017, a capital passaria a ter no seu território 474.706 habitantes. É o município que tem maior contingente populacional, praticamente 60% dos habitantes do Amapá residem nele, e tem alta taxa de urbanização de 98% (IBGE, 2010).

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991, impulsionou o crescimento populacional vertiginoso da referida cidade (TOSTES, 2012).

Essa expansão é evidenciada pelos dados: entre os anos de 1991 a 2000, a capital estadual tem um aumento de 57,5% (TABELA 2).

Tabela 2 - Números de habitantes por municípios amapaense de acordo com censos 1991, 2000 e 2010

Município	1991	2000	2010
Amapá	8.075	7.121	8.069
Calçoene	5.177	6.730	9.000
Cutias do Araguari	*	3.280	4.696
Ferreira Gomes	2.386	3.562	5.802
Itaubal	1.919	2.894	4.265
Laranjal do Jari	21.372	28.515	39.942
Macapá	179.777	283.308	398.204
Mazagão	8.911	11.986	17.032
Oiapoque	7.555	12.886	20.509
Pedra Branca do Amapari	*	4.009	7.332
Porto Grande	*	11.042	16.809
Pracuúba	*	2.286	3.793
Santana	51.451	80.439	101.262
Serra do Navio	*	3.293	4.380
Tartarugalzinho	4.693	7.121	12.428
Vitória do Jari	*	8.560	12.428

* o município não tinha sido criado

Fonte: Elaborada pela autora a partir das informações de cidades@/IBGE.

A concentração populacional na cidade teve impactos negativos ao meio ambiente. Em virtude da ausência ou precariedade da infraestrutura urbana, foram intensificadas as ocupações nas áreas de úmidas, localmente, chamada de ressaca ou lago. O termo ressaca é assim definido:

É uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos Quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas (NERI, 2004, p. 3-4).

As referidas áreas têm várias funções ambientais, sociais e econômicas como: controle de enchentes, alimentação dos lençóis freáticos, controlador climático, manutenção da biodiversidade, lazer etc (TAKIYAMA et al., 2012).

As áreas de ressacas são consideradas área permanente de proteção ambiental (APPs). A ocupação dessas APPs se tornou um desafio para a cidade. Além da agressão ao meio ambiente, tem-se um grande problema social e urbano em Macapá: segregam pessoas de baixa renda, que residem em palafitas (atualmente, é possível encontrar casas de alvenaria, já que algumas ressacas estão aterradas).

O processo de urbanização precário é bem evidente em Macapá, a existência de saneamento básico é mínima, há ruas esburacadas, moradias precárias, ocupação de APPs no perímetro urbano, inexistência ou deficiência na iluminação das vias públicas, ausência e falta de manutenção dos espaços públicos de lazer etc.

A capital tem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,733, mas em um recente estudo do Observatório das Metrópoles que promoveu o lançamento do Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal)¹, Macapá teve o pior IBEU entre as capitais brasileiras de 0,641 (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016), e está no ranking das 10 cidades piores em saneamento básico (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2016).

A cidade é dividida em três unidades de gestão: Macapá Norte, Centro e Sudoeste. As unidades Macapá Norte e Sudoeste, popularmente, são chamadas de zona norte e zona sul (parte de unidade Sudoeste), respectivamente. A Macapá Sudoeste (parte) e o Centro são as zonas onde estão situados os bairros mais nobres e condomínios da cidade, e também dotada de uma infraestrutura urbana melhor e oferecem mais serviços. Estão instalados nessas zonas, os hospitais, principais órgãos públicos, universidades e faculdades privadas e os *shoppings* (SANTOS, 2016).

¹ O índice apresenta um levantamento das condições urbanas dos 5.565 municípios brasileiros, a partir da análise de dimensões como mobilidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimentos de serviços coletivos e infraestrutura. Faz necessário destacar que na lista dos 100 melhores municípios em bem-estar urbano, todos estão localizados nas regiões Sudeste e Sul, e no ranking dos 100 piores municípios, a maioria são pertencentes à região Norte e Nordeste. Três municípios amapaenses estão entre os 100 piores.

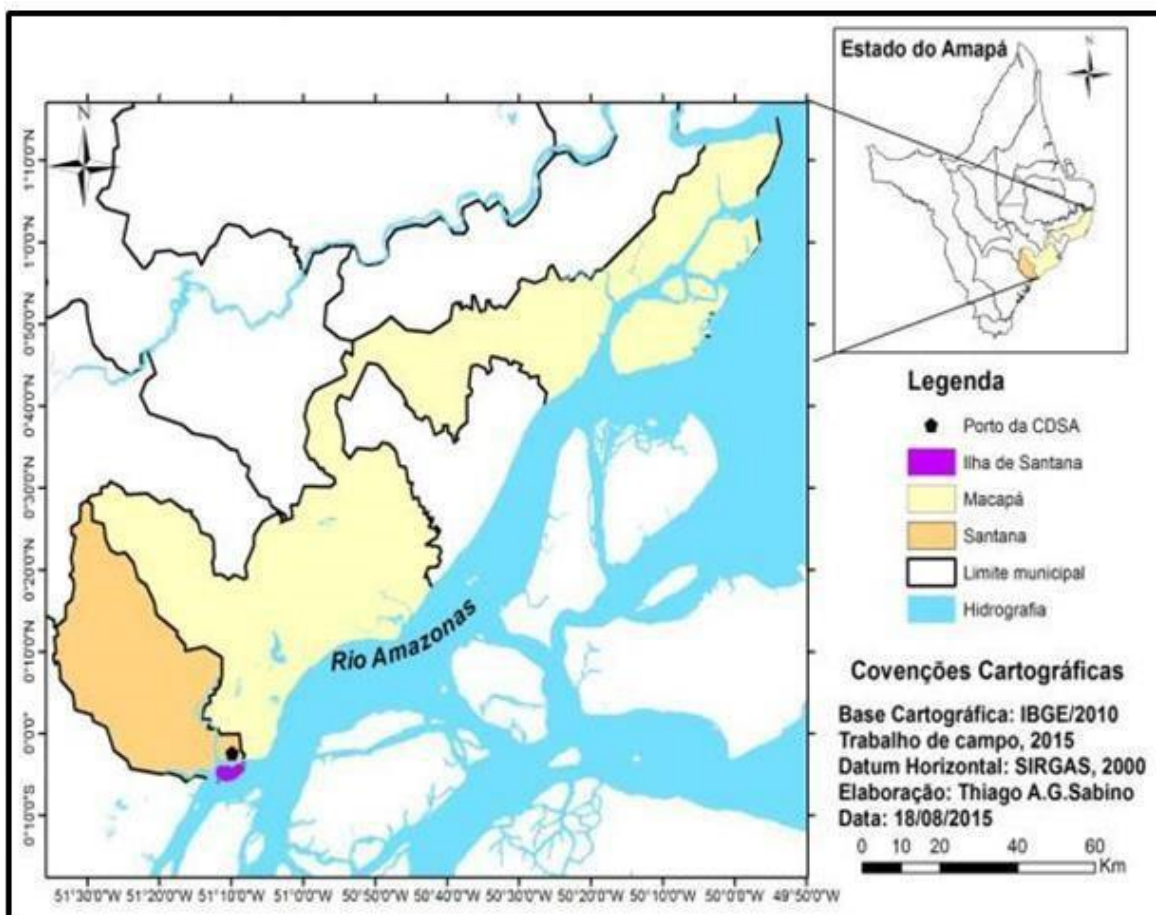


Figura 1 - Localização de Macapá e Santana no estado do Amapá
 Fonte: Santos (2016).

1.3.3 Zona Norte de Macapá

A Zona Norte de Macapá local que estão localizados os objetos de pesquisa deste trabalho, é uma grande área periférica da capital amapaense, que começou a ser ocupada na década de 80. Devido à chegada de um grande fluxo de migrantes para o Amapá. A área urbana longínqua do centro da cidade, passou a ser ocupada por migrantes da região Nordeste e Ilhas do pertencentes ao estado do Pará, principalmente (TOSTES, 2012).

A referida zona periférica começou a se expandir às margens da BR-210. Formam a supracitada zona, os seguintes bairros e loteamentos: Pantanal, Renascer I e II, Infraero I e II, São Lázaro, Novo Horizonte, Jardim Felicidade I e II, Sol Nascente, Alencar, Boné Azul, Liberdade, Brasil Novo, Parques dos Buritis, Morada do Sol, Ilha Mirim, São José, Amazonas, Ipê e três conjuntos habitacionais: Vitória Régia (destinados aos funcionários

públicos do governo do Amapá) Macapaba I e II e Oscar Santos (pertencentes ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida² - MCMV, faixa 1).

O surgimento de bairros como São Lázaro e Jardim Felicidade deu início a ocupação da área que hoje é conhecida como Zona Norte de Macapá, é o maior vetor de expansão urbana horizontal da cidade.

A parte Norte da cidade tem uma população de aproximadamente 150.000 habitantes, o que representa aproximadamente 22% da população do Amapá e 37% da população de Macapá. Os problemas urbanos vivenciados pela população são muitos: a ausência de saneamento básico, problemas de abastecimento de água, deficiências no transporte público, falta áreas verdes, ausência de centros culturais e outros (REALIDADES URBANAS, 2012). Nos últimos anos condomínios fechados e bairros planejados começaram a ser instalados na referida área.

Outra questão que merece atenção, é a falta de legalização dos bairros. De acordo com a reportagem: Mais da metade dos bairros de Macapá não existem legalmente, exibida no Jornal do Amapá (TV Amazônica) e disponível no G1-AP, destaca que dos 20 bairros situados na Zona Norte, apenas seis existem legalmente, são eles: Boné Azul, Brasil Novo, Infraero, Jardim Felicidade, Novo Horizonte e São Lázaro. Os técnicos do IBGE entrevistados na reportagem, frisaram que a não existência de bairros de forma legal, criados por lei municipal, dificultam a promoção de políticas públicas (pois as informações do censo demográfico não são detalhadas por cada bairro).

Embora o eixo norte da capital amapaense enfrente muitos problemas urbanos, no entanto, nos últimos anos teve ganhos, principalmente, no que tange à prestação de serviços públicos. Já que muitos órgãos das três esferas governamentais estão situados na Zona Norte (QUADRO 1).

Quadro 1 -

² O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa federal, criado em 2009, além do foco de habitação, o programa buscava dinamizar e aquecer a economia e dar condições atrativas para o financiamento de moradias às famílias de baixa renda. A caixa Econômica Federal é o agente gerenciador. O programa é dividido em três faixas. Faixa 1 (famílias com renda de até R\$ 1.800,00); faixa 2 (Famílias com renda de até R\$ 4.000,00) e faixa 3 (Famílias com renda de até R\$ 7.000,00). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 de maio 2017.

Pertinentes à esfera federal	Agência do Banco do Brasil; Agência da Caixa Econômica Federal Instituto Federal do Amapá- IFAP; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA; Justiça Federal; Justiça do Trabalho; Superintendência da Polícia federal; Superintendência da Polícia Rodoviária federal;
Pertinentes à esfera estadual	Batalhão do Corpo de Bombeiros; II Batalhão da Polícia Militar; Batalhão de Trânsito da Polícia Militar; Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp) Coordenadoria de Assistência Farmacêutica- CAF; Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN; Escolas do Ensino Fundamental II (regular e educação de jovens e adultos) Médio (regular, educação de jovens e adultos, integral e técnico); Instituto de Peso e Medidas- IPEM Juizado Especial da Zona Norte; Laboratório Central de Saúde Pública do Amapá- LACEN; Ministério Público Estadual; Maternidade de Parto Natural*; Polícia Técnico e Científica (POLITEC); Terminal Rodoviário Unidade de Pronto Atendimento (UPA)
Pertinentes à esfera municipal	Centro de Referência de Assistência Social- (CRAS); 4 Unidades Básicas de Saúde- (UBS)**; Escolas do Ensino Infantil e Ensino Fundamental I (regular e educação de jovens e adultos);

Quadro 1 - Instituições/ Órgãos Públicos localizados na Zona Norte

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

* construída, porém não funciona. Quase 3 anos de atraso de inauguração

**A UBS Marcelo Cândia oferece atendimento 24h.

Além dos serviços públicos ofertados à população, também há a presença de grandes redes de supermercados, farmácias, lojas de eletrodomésticos e móveis, lojas de importados, concessionária de veículos, autopeças, clínicas médicas, laboratórios etc. É necessário, destacar que: a maioria dos órgãos federais e estaduais e a oferta de serviços estão localizados às margens ou bem próximos à BR 210. O que tem criado nessa área uma espécie de centralidade.

A cidade de Macapá está dividida, de acordo com plano diretor da capital amapaense, em três unidades/zonas (FIG. 2).

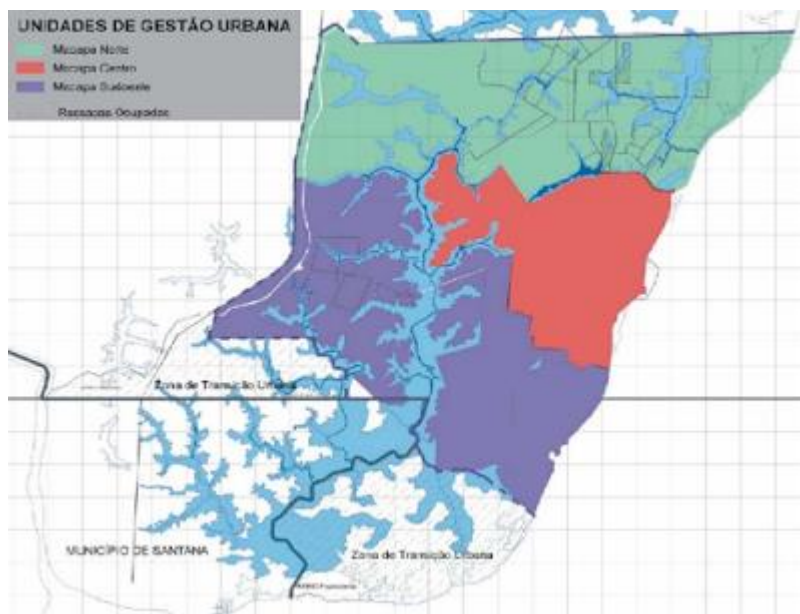


Figura 2 - Unidades de Gestão Urbana de Macapá (localização da Zona Norte de Macapá)
Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá - PMM (2004).

2 POLÍTICA URBANA E ESPAÇO PÚBLICO

2.1 Aspectos gerais das políticas públicas

Antes de tratarmos diretamente sobre a política urbana no Brasil, inicialmente, fez-se um breve resumo, dos aspectos gerais referente à política pública: surgimento, conceitos e as diferentes dimensões e elementos importantes.

A Política Pública surgiu nos Estados Unidos e Europa, em razão da evolução das Ciências Políticas. Os estudos das dimensões normativas ou morais dos governos e detalhe sobre o funcionamento das instituições políticas e jurídicas, deram lugar, diante de novos cenários resultantes do Fim da II Guerra Mundial, para estudos sobre as relações entre governos e os cidadãos, em função do crescimento vertiginoso de programas econômico e sociais criados pelo Estado. A partir desse momento surgem vários conceitos de política pública (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Frey chama atenção para distinção existente nos termos *policy*, *politics*, e *polity* já que em português é traduzindo em política. Na ciência política tais termos têm dimensões diferentes (institucional, processual e material). Desse modo, *polity* refere-se à dimensão institucional (sistema político, estrutura institucional do sistema político-administrativo). *Politics* é relativo à processual (processo político, relativo às relações de conflito entre diversos atores políticos). A *policy* diz respeito à dimensão material (conteúdos concretos da ação política: programas políticos) (FREY, 2000). Para o presente trabalho a dimensão de interesse é a material, por tratar da construção das Políticas Públicas.

No que tange à conceituação de política pública são inúmeros os conceitos dispostos na literatura, dos mais sucinto como o formulado por Dye: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (Apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 6) e outros como mais riquezas de detalhes como o de Willian Jenkins, política pública é:

Um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (JENKINS, 1972, apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 8).

O conceito do autor destaca três elementos importantes: atores políticos, objetivos e meios. O primeiro, tem um papel fundamental no campo de tomada de decisão. Os demais, compõem o conteúdo de uma política.

Já Almeida (2008, p 47) considera que as políticas públicas:

Podem ser conceituadas como todas as ações de governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes econômicos, também como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. As políticas públicas emanam do poder público que as formaliza, legitima, implementa e controla.

Para serem elaboradas as políticas públicas passam por vários estágios, são eles: 1) a montagem, tem início quando os problemas passam pela atenção do governo; 2) a formulação da política, é a forma como as propostas políticas são elaboradas pelo Estado; 3) a tomada de decisão, adoção por parte do Estado de um curso de ação ou não ação; 4) a implementação, efetivação da política; e 5) avaliação, monitoramento dos resultados através de atores estatais e da sociedade (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Para execução dos estágios citados é necessário a presença dos atores de políticas públicas, são eles: atores estatais (são ligados à administração pública. Exemplos: Funcionários públicos e políticos) e privados (não são ligados à administração estatal, mas procuram participar das decisões do Estado. Exemplos: ONGs, as mídias em geral, movimentos sociais, corporações empresariais etc) (TUDE; FERRO; SANTANA, 2010).

Para Celina Souza (2006, p 36 e 37) diante das inúmeras definições e modelos sobre políticas públicas, em síntese, os elementos principais são:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja, materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;

- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja implica também implementação, execução e avaliação.

Para o presente trabalho, o interesse maior é dado o ciclo da avaliação. Embora a fase de avaliação seja ampla, mas os principais indicadores de resultados para avaliação de política pública estão relacionados à eficiência, à eficácia e à efetividade os (3Es) (SANO; FILHO, 2013).

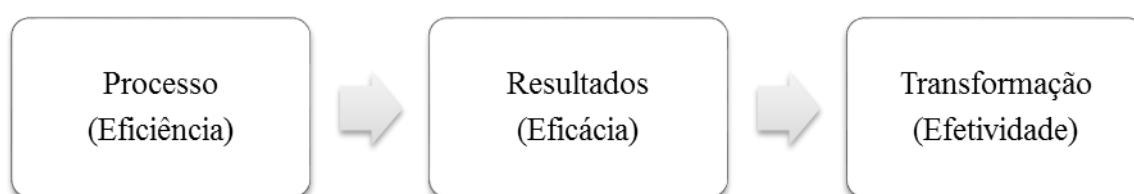


Figura 3 – Fluxograma da avaliação
Fonte: SANO; FILHO, 2013 (Adaptada)

Concernente à avaliação de políticas públicas é dado destaque aos três termos efetividade, eficácia e eficiência. Por efetividade, entende-se por impactos, referente à efetiva mudança nas condições sociais da população beneficiada pelas políticas públicas, no caso deste trabalho, a política urbana voltada às praças públicas. Já a eficácia, entende-se a relação entre os objetivos de um programa e seus resultados efetivos, e eficiência é relação entre o esforço empregado e os resultados alcançados (FIGUEIREDO, FIGUEIREDO, 1986, apud ARRETCHE, 1998). Esta pesquisa buscou avaliar se há eficácia da política urbana no universo empírico. Sobre os termos importantes para avaliação, Almeida (2008, p. 48) destaca que:

[...] Em se falando de avaliação de políticas públicas, não podemos nos restringir apenas à aferição de suas metas quantitativas, mas também devemos nos reportar à qualidade do resultado atingido. É dessa forma que os conceitos de eficiência, eficácia, impacto e pertinência se revelam importantes, ao subsidiarem a tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo.

2.2 Política urbana no Brasil

A política urbana brasileira foi marcada por profundas mudanças na década de 80, momento que, as lutas sociais também clamavam por uma reforma urbana. Diante da mobilização social, a política urbana foi contemplada nos artigos 182 e 183 da Carta Magna. O primeiro, diz que a política de desenvolvimento urbano fica a cargo do executivo municipal e estabelece a construção do plano diretor. O segundo, versa sobre o direito à propriedade urbana por usucapião (definiu critérios) (TONELLA, 2013 e BRASIL, 1998).

Em 2001, a lei federal 10.257 foi aprovada, e passou ser denominada estatuto da cidade. Ele estabelece regulamentos para o uso da propriedade urbana em prol da coletividade, da segurança e bem-estar dos cidadãos e também o equilíbrio ambiental.

A supracitada lei tem como objetivo, garantir que a cidade cumpra sua função social, através das seguintes diretrizes: garantia do direito às cidades sustentáveis; a gestão democrática por meio da participação social; cooperação entre o governo e outros setores da sociedade no processo de urbanização; planejamento do desenvolvimento da cidade; oferta de equipamento urbano e comunitário etc (BRASIL, 2001).

Sobre o Estatuto da cidade, Maricato (2010, p. 5) afirmar que:

É uma conquista social cujo desenrolar se estendeu durante décadas. Sua história é, portanto, exemplo de como setores de diversos extratos sociais (movimentos populares, entidades profissionais, sindicais e acadêmicas, pesquisadores, ONGs, parlamentares e prefeitos progressistas) podem persistir muitos anos na defesa de uma ideia e alcançá-la, mesmo num contexto adverso.

Outro avanço pós-aprovação do Estatuto da cidade na política urbana brasileira foi a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, as questões urbanas passam ter uma pasta ministerial exclusiva. O ministério passa a dar um tratamento integrado as políticas urbanas: de habitação, de saneamento, dos transportes e mobilidade urbana (TONELLA, 2013). Os planos e programas da referida pasta são suportes para que a cidade cumpra sua função social.

Funcões Urbanísticas	Funcões de Cidadania	Funcões de Gestão
Habitação	Educação	Prestação de serviços
Trabalho	Saúde	Planejamento
Lazer	Segurança	Preservação do Patrimônio Cultural e Natural
Mobilidade	Proteção	Sustentabilidade Urbana

Quadro 2 - Funcões Sociais da Cidade

Fonte: GARCIAS; BERNARDI, 2008

Para Garcias e Bernardi (2008), as funções sociais da cidade formam três grandes grupos. No primeiro, encontram-se as funções urbanísticas, estabelecidas pelos membros do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, e influenciam o planejamento, a política e a legislação urbana. As funções de cidadania, que se fazem parte dos direitos sociais, formam o segundo grupo. Já no terceiro, as funções de gestão, envolvem todas as práticas de gestão que objetivam garantir o bem-estar dos habitantes no meio urbano.

Ainda sobre as ações do ministério das cidades, ele tem um portal voltado para capacitação, através de cursos presenciais e a distância ligados à política da pasta. As capacitações são disponíveis aos técnicos, acadêmicos e interessados sobre temática urbana. A disponibilidade de conhecimento que dá suporte para uma participação social mais efetiva e também ao controle social.

De acordo com Tonella (2013), a gestão democrática por meio da participação social, como estabelece o inciso II, do art. 2 do Estatuto da cidade foi um dos grandes avanços da política urbana. Essa participação no processo de elaboração do plano diretor é garantida através das audiências públicas, publicidade e acesso aos documentos e informação produzidas (BRASIL, 2001). Antes, a elaboração dos planos era feita somente pelos técnicos das prefeituras ou pela contratação de empresas para esse fim, o que deixava o documento tecnicista.

Ter políticas públicas voltadas às questões urbanas bem elaboradas e eficientes são fundamentais para a qualidade de vida nas cidades brasileiras, pois o país:

Em apenas cinco décadas no século passado, a população brasileira passa de majoritariamente rural para majoritariamente urbana. Uma das mais aceleradas urbanizações do mundo aconteceu sem a implementação de políticas indispensáveis para a inserção urbana digna da massa que abandonou e continua a abandonar o meio rural brasileiro, cuja estrutura agrária contribuiu para essa rápida evasão de população (BRASIL, 2004, p. 9).

Com o rápido processo de urbanização a zona urbana dos municípios brasileiros passaram a enfrentar problemas socioambientais, que fizeram aumentar ainda mais as desigualdades existentes e prejudica a qualidade de vida nessa zona. Para solucionar e/ou amenizar os problemas, os marcos legais da política urbana no Brasil trazem a exigência da construção participativa do plano diretor (SOUZA, 2013; BRASIL, 2004).

Plano diretor, de acordo com Brasil (2013, p. 11) é “definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Portanto, a participação popular nas decisões referentes à construção e atualização do plano diretor é essencial, pois a função social da propriedade urbana do município tem que estar expressa no documento, e deve atender: “(...) necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (...) (BRASIL, 2001, p. 32).

Um plano diretor elaborado através da gestão democrática busca:

- leitura da Realidade Municipal, por meio da participação social e técnica;
- instrumento político de pactuação de prioridades por meio da Gestão Democrática;
- fundamentado em instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos oferecidos pelo Estatuto da Cidade;
- diretrizes para as demais políticas públicas de Desenvolvimento Urbano (planos de habitação, de saneamento básico, de mobilidade urbana, de regularização fundiária, de prevenção de riscos, entre outros) (BRASIL, 2013, p. 14).

2.3 Plano diretor de Macapá

O atual plano diretor é intitulado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá e foi instituído através da lei complementar 026/2004. O plano destaca “a necessidade de condicionar o desenvolvimento urbano à capacidade da infraestrutura, ao acesso universal a equipamentos e serviços e à construção de uma cidade sustentável e sem desigualdades sociais” (PMM, 2004, p. 9).

O processo de elaboração do PDM (Plano Diretor de Macapá) contou com quatro seminários de Discussão do Plano Diretor, onde o segundo, o terceiro e o quarto seminário corresponderam, respectivamente, à primeira, à segunda e à terceira audiência pública do plano diretor (PMM, 2004). Tais audiências cumprem o inciso II, do art. 2 do Estatuto da cidade, referente à gestão democrática.

O PDM é dividido em quatro partes: a primeira, corresponde às estratégias de desenvolvimento, em que os temas prioritários (proteção do meio ambiente associada à geração do trabalho e renda; melhoria da mobilidade no município e na cidade de Macapá; promoção de habitação popular; qualificação do espaço urbano e gestão democrática do desenvolvimento urbano) possam ser tratados para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental do Município (PMM, 2004).

A estruturação municipal e urbana, destacando os sistemas ambiental e de mobilidade municipal e urbano compõe a segunda parte. A terceira, traz os instrumentos de controle urbano e dos instrumentos indutores do desenvolvimento urbano, e a última divisão do plano é referente às propostas para implantação de um Sistema Municipal de Gestão Territorial (PMM, 2004).

Para este trabalho, a primeira parte, mais exatamente, o item estratégia de qualificação do espaço urbano é parte de interesse, pois esse versa o tema principal do trabalho, espaço público/praza e tem como objetivo geral:

Ordenar e regulamentar o aproveitamento dos espaços da cidade, para propiciar um ambiente mais saudável e confortável para os seus usuários e criar novas oportunidades de geração de trabalho e renda para a população, sobretudo relacionadas ao lazer e ao turismo (PMM, 2004, p. 26).

O capítulo V do PDM versa sobre a estratégia de qualificação do espaço urbano, é composto pelos artigos: 33 (traz o objetivo estratégia de qualificação do espaço urbano), 34 (define as diretrizes para a qualificação do espaço urbano), 35 (trata dos requisitos e condições para implementação da Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano) e 36 (refere-se aos programas da Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano).

Faz-se necessário ressaltar, que o plano diretor não foi revisado, não obedecendo ao art. 40 do Estatuto da Cidade e deixa claro que, a revisão do plano deve ser feita, pelo menos, a cada dez anos (CARVALHO; ROSSBACH, 2010).

Nesse caso, o referido plano tem um atraso de revisão de 4 anos. E, desde a aprovação do plano em 2004, a cidade de Macapá vive muitas mudanças relacionadas às questões urbanas: aumento da verticalização, surgimentos de novos assentamentos urbanos, criação de condomínios nas zonas oeste e norte (horizontais) e outras questões urbanas. Em face as novas demandas, além de obedecer à lei e necessário a revisão urgente.

2.4 Espaço público

O espaço público é um dos elementos essenciais fixados no espaço urbano. E também representa um espaço físico criado na cidade que possui simbologia, função, diversas formas de uso e, às vezes, um lugar em desuso. E dá à população urbana o direito: “ao encontro, de comércio, de troca, de lazer, de circulação, de relaxamento” (CALLIARI, 2016, p. 27). Ainda de acordo com o mesmo autor, nas cidades ocidentais o espaço público sempre foi um elemento fundamental de identidade. Para exemplificar, o autor cita algumas civilizações e períodos importantes da história, onde associa-as ao espaço público importante naquela época, como: Egito/pirâmides e obelisco, Grécia/ ágora, a cidade medieval/ praça do mercado, a cidade barroca/praças cívicas (CALLIARI, 2016).

Mas afinal, o que é espaço público? De acordo com Alex (2008, p. 19, grifo nosso), na cidade, “o espaço público assume inúmeras formas e tamanhos, compreendo desde uma calçada até a paisagem vista da janela. Ele também abrange lugares designados ou projetados para uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as ruas, as praças e os parques”.

Quando se fala em espaço público, vem logo ao imaginário somente aqueles associados às práticas de lazer e desportos, como bem enfatizou o conceito acima. A rua, a avenida, mesmo sendo um espaço público, devido à priorização de usos de automóveis, esses elementos, às vezes, não são percebidos como tais espaços. Já as calçadas, geralmente, são consideradas como um bem individual, extensão do imóvel. Há construção de calçadas que dificulta a caminhada do pedestre e tem elementos que bloqueiam a acessibilidade.

Calliari (2016) enfatiza que, espaço público é uma expressão de vários significados, 1) ambiente físico pertencente a todos; 2) tem significado jurídico quando faz referência aos lugares e construções que são de propriedade do Estado e 3) ambiente onde é discutido as coisas da cidade. Neste trabalho, a significação usada é o ambiente físico pertence a todos. Embora, Alex (2008) chame atenção para essa questão do acesso a todos, já que muitos casos, ele é diminuído ou prejudicado.

Na discussão do pertence a todos versus acesso prejudicado, Serpa no livro, O espaço público na cidade contemporânea, cita o exemplo da localização de parques urbanos em Salvador que estão construídos em bairros nobres e acontece o processo de

“territorialização do espaço”. Há as seguintes situações: ereção de barreiras simbólicas, o não partilhamento e a divisão entre os diferentes grupos, de acordo com o autor: “acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos” (SERPA, 2016, p.36).

Embora, o presente trabalho não tenha o foco de fazer essa análise de conflito de usos das praças, mas a escolha de estudar as praças de uma área periférica da capital amapaense, vem ao encontro da questão da localização do espaço público. Em Macapá, os espaços públicos mais estruturados e mais utilizados, são localizados na área central da cidade.

As cidades, principalmente, as que estão localizadas nos países pobres tiveram e têm sua expansão territorial bem espalhada, têm alguns problemas que são marcantes nesses espaços urbanos com: a priorização de transportes sobre rodas e movidos a derivados de petróleo, presença dos vazios urbanos, violência e carência e/ou precária infraestrutura física e social, esses problemas urbanos aumentam a **segregação urbana** (SOUZA, 2013).

Os espaços públicos existentes nas cidades são os locais em que há o encontro, mesmo diante da segregação urbana. Referente aos encontros, Calliari (2016, p.46), enfatiza que “é no espaço público que encontramos pessoas diferente de nós.[...] Essa experiência de encontro com o estranho em local público é a essência da civilidade, o conjunto de ato e regras que normatiza a convivência entre pessoas que não têm intimidade entre si”.

Para Daroda (2015, p.27) “o espaço público atrai as pessoas, são vitais às grandes cidades e ao homem. São vitais à cidade, pois é capaz de contrapor a arquitetura de lugares, ao homem pelo fato de ser lugar de descompressão, interação, percepção da cidade”. O encontro e a interação são sem dúvida essenciais às relações humanas, mesmo vivenciando a era informacional, em que a tecnologia tem facilitado a comunicação.

Para Gehl (2015) a dimensão humana é tópico importante à vida das cidades, mas que no urbanismo moderno foi deixado à parte no planejamento urbano. Pois, ele priorizou os automóveis e as grandes construções. Segundo o mesmo autor: “deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores” (GEHL, 2015, p.3). O autor é uma das principais referências

mundial, quando a temática é espaço público, ainda de acordo com Gehl, bons espaços públicos são atraentes às pessoas, e tornam a cidade atrativa e segura.

Referente à importância do espaço público os três autores (Caliarri, Daroda e Gehl) aqui citados, enfatizam o espaço público como o local de encontro. Percebe-se, que atualmente, os espaços públicos estão sendo cada vez mais utilizados para o encontro, para protestos, para formação de grupos sociais em prol de uma causa, para fortalecimentos das relações sociais etc.

Sobre a tipologia do espaço público há várias existentes na bibliografia. Lamas além de considerar os tradicionais: ruas, praças, ainda classifica os espaços públicos interiores: estação de metrô, rodoviárias, aeroporto etc (LAMAS, 2004 apud DARODA, 2015). Esses espaços interiores, de acordo com Marc Auge, são o não lugares já que são usados para passagem e circulação (AUGE, 2012). Neste trabalho, foi feita a junção da tipologia de espaço público proposta por Daroda e Mora. São estes os tipos mais comuns e disponível à população (QUADRO 3).

TIPO	FUNÇÃO
Rua ¹	Foco da atividade de vizinhança.
Rua de comércio ¹	Essencialmente locais para comércios.
Praças Menores ¹	Confluência das ruas. Espaço que podem dar um sentido de lugar ao espaço urbano, transformando-se em um foco referencial e uso/vitalidade para vizinhança.
Praças Maiores ¹	Símbolos cívicos.
Parques de vizinhança ¹	Locais com muita área verde e pouca pavimentação.
Parques Centrais ¹	Grandes parques verdes da cidade que podem ajudar manter o balanço ecológico.
Margens d`água ¹	Espaços abertos acessíveis a todos os moradores e possíveis de serem explorados para lazer.
Espaço Público Interior ²	Cumrem funções associadas ao tipo de população. Estão confinados entre edificações e equipamentos com certos níveis de acesso.
Espaço Informal ²	Uso espontâneo de outro espaço, por não existir espaço formal ou este oferecer condições precárias.

Quadro 3 - Tipologia e função dos espaços públicos

Fonte: ¹Daroda (2015) e ²Mora (2009)

Na capital Amapaense é possível encontrar quase todos os tipos de espaço público citados no quadro, exceto os parques. Referente às margens d`água, a cidade está

localizada na margem esquerda do rio Amazonas. Sobre o espaço público interior, há três *shoppings* em Macapá.

Para Nogueira (2003 apud DARODA, 2015, p.29) os espaços públicos assumem diferentes papéis no espaço urbano:

- i) Estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e o entorno territorial;
- ii) É o suporte básico para a mobilidade urbana interna;
- iii) Constitui a referências do parcelamento do solo para edificação e os usos primários, enquanto que serve de acesso e fachada independente de cada parcela;
- iv) Torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade;
- v) Provêm de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão;
- vi) Facilita a obtenção de redes de serviços.

De acordo com os papéis acima citados, vê-se que os espaços públicos contribuem para a dinâmica das cidades. Nesse sentido, Mora (2009, p. 1, tradução nossa) afirma que: “espaços públicos urbanos devem ser vistos como o motor de novas perspectivas sobre a cidade”.

2.5 As Praças

As praças são consideradas um elemento sempre presente nas cidades do ocidente. Elas são associadas à sociabilidade, muitas delas dotadas de valor histórico, palcos de acontecimentos históricos etc. (CALDEIRA, 2007). As praças mesmo localizadas em local de certa forma “restrito”, como as presentes em instituições, têm um papel de centralidade e convergência, assim, inferiu Ecker (2016) na sua dissertação, que teve como objeto de estudo a praça da cidadania presente no campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mesmo que as praças no decorrer da história possam ter sofrido alterações em suas funções, morfologia, estética e usos. Daroda (2015, p.35) acrescenta que “as praças caracterizam a organização do espaço urbano desde os tempos mais remotos, constituindo importantes referenciais urbanos que revelam a necessidade de se ter em meio à cidade, densa e fragmentada, um espaço comum de socialização”.

“As praças são lugares para **ver e ser visto**, para **comprar e fazer negócios**, para **passar e fazer política**” assim elas são conceituadas por Spirn (1995 apud DARODA, 2015, p. 36, grifo nosso). Já para Robba e Macedo (2010, p.17, grifo nosso), as praças “são **espaços livres de edificação, público e urbanos**, destinado ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Os conceitos convergem, o primeiro, refere-se às várias utilidades delas, e o segundo, dá destaque ao elemento urbano.

No livro *Praças brasileiras*, os autores Robba e Macedo (2010), fornecem valiosas informações sobre o histórico e os tipos de praças construídas no território brasileiro. Nessa obra eles apresentam as características dos largos, praças coloniais, ajardinadas e a praça moderna.

As praças secas ou largos foram os primeiros espaços públicos destinados à sociabilidade construídos no período colonial. Eram sempre localizados em frente às igrejas, tais espaços eram ponto de atração para construção de casas e comércios. Como exemplo de largo que resiste até hoje, tem-se o largo do Pelourinho na cidade de Salvador (ROBBA; MACEDO, 2010).

No espaço em que se nasciam as cidades coloniais brasileiras era próximo às igrejas e sempre tinha lotes destinados para construção das praças. Os elementos, igreja e praça eram atrativos para construção de casas das famílias abastadas, comércio e outras edificações. As praças eram utilizadas para comércio, atividades políticas, militares, sagras, profanas e para recreação (ROBBA; MACEDO, 2010).

Já as praças ajardinadas tiveram sua criação baseada nas políticas sanitaristas, e tinham como objetivo dar salubridade e embelezar as cidades. Tais espaços públicos fazem a junção de duas tradições: praça e jardins (eram comuns às residências). As praças passam a ser um belo cenário e oferecer à população um local para o lazer contemplativo, a convivência e o passeio. As praças ajardinadas eram elitizadas e segregadoras, e serviram para a elite brasileira, do fim do século XIX e início do século XX, desfilar (ROBBA; MACEDO, 2010; SOARES, 2009).

A segregação espacial fica à tona em relação à localização das praças, as mais nobres têm localização privilegiadas (ROBBA; MACEDO, 2010). Essa segregação referente a esses espaços públicos é notória em Macapá. As praças com melhor infraestrutura estão localizadas no bairro central.

A partir da metade do século XX, com altíssimo crescimento populacional urbano, e consequentemente, o processo de urbanização intenso das cidades brasileiras, assim como os demais componentes do espaço urbano, as praças também passam por transformações. As modernas são planejadas em cima da dimensão funcional. Elas passam a disponibilizar à população o lazer ativo, para isso são construídas quadras esportivas, brinquedos para recreação infantil etc. (ROBBA; MACEDO, 2010).

Na contemporaneidade, as praças têm as seguintes características: revitalizações e restauros da imagem, o velho e novo uso; reconfigurações e mudanças estruturais; colagem decorativa e irreverência; formalismo gráfico como contraponto à praça ajardinada; cenarizações; introdução do uso comercial e de serviços; direcionamento do uso para passagem de pedestres e a circulação; criação de espaços multifuncionais e adaptáveis (ROBBA; MACEDO, 2010).

As praças, no decorrer da história tiveram sua função social modificada, e algumas funções desapareceram e ressurgem ao longo do tempo (para esse caso, pode ser exemplificado o uso para o comércio). Dentre as várias funções atribuídas a esses espaços públicos, a que permanecem em todos os períodos, é a utilização para o convívio social (QUADRO 4).

Período	Função Social
Colonial	Convívio social; uso religioso; uso militar; comércio e feiras, circulação e recreação.
Eclético	Contemplação; passeio; convívio social e cenário.
Moderno	Contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social e cenário
Contemporâneo	Contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social, comércio, serviços, circulação e cenário.

Quadro 4 - Função social das praças de acordo com o período histórico

Fonte: Robba e Macedo (2010).

De acordo com Leitão (2002), três fatores apontam para as funções que as praças desempenham, são eles:

- 1) As características do entorno: exercem grande influência na função do espaço. Exemplo: praças situadas em entorno de intenso fluxo, têm a função de sala de estar; as que têm residências são mais utilizadas pelas crianças e terceira idade;
- 2) Nível socioeconômico da população: em áreas mais pobres são usadas para a diversão e prática de esporte;
- 3) A importância simbólica: nesse caso o espaço pode ter importância na memória coletiva da cidade e individual.

As praças, assim como outros espaços públicos: parques e margens d`a águas têm um importante papel nas cidades. Em meio ao caos urbano: congestionamento, poluição atmosférica, hídrica e os problemas de ordem socioeconômica. De acordo com Robba e Macedo (2010) eles têm os seguintes valores:

Valores ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na ventilação e aeração urbana; • Melhoria da insolação de áreas muito adensadas; • Ajuda no controle ambiental; • Melhora a drenagem da águas pluviais; e • Evita erosão.
Valores funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Lazer; • Esportiva; • Contemplação; • Descanso • Educativa; • Estética; e • Festa.
Valores estéticos e simbólicos	<ul style="list-style-type: none"> • São objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana, o que exerce um papel de identidade do bairro e rua; • Embelezam o espaço urbano; e • Quando são verdes ou ajardinados são associados a oásis em meio à urbanização.

Quadro 5 - Valores ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos
Fonte: Robba e Macedo (2010)

As praças quando bem projetadas e cuidadas podem ter variados valores, e que desempenham funções que podem melhorar a vida da população urbana. E contribuem para efetivar as funções das cidades ligadas às questões urbanísticas, de cidadania e de gestão, de acordo com o quadro 1.

No que se refere às questões urbanísticas, as praças têm a função do lazer. Na função de cidadania, promovem educação, convívio social e saúde (quando é utilizada para práticas esportivas e atividade física) e nas funções de gestão, são espaços utilizados para prestação de serviços (comércio), preservação do patrimônio Cultural e Natural e sustentabilidade urbana.

Mesmo diante das funções desempenhadas pelas praças no espaço urbano ao longo da história, esses elementos urbanos passaram e passam por transformações. Para Lamb e Cunha (2016, p.10):

As praças, então praças de mercado, continuavam a receber pessoas das mais variadas classes, mesclando ricos e pobres e, para os últimos, representava um local de apelo, de onde conseguiriam ajuda para escapar da fome, miséria ou de qualquer outra situação de calamidade. Nos últimos anos e após passarem por diversas modificações estruturais e funcionais, as praças já não são mais o centro da vida urbana, mas, com absoluta certeza são o centro da vida social. Continuam recebendo pessoas insatisfeitas com governos e ações políticas ou empresariais, e também recebem aquelas que protestam pela justiça, lamentando o falecimento de um ente ou amigo

A praça no decorrer da história tem vivenciado transformações relativas às variadas dimensões, mas ela “supera momentos de abandono e indiferença por sua capacidade de se adaptar às transformações trazidas pelo decorrer da história” (SOARES, 2009, p.11).

Como bem colocaram Lamb e Cunha (2016) as praças são o centro da vida social. Ainda que para alguns, elas sejam espaços “(...) de mendicância, ponto de drogas, e até mesmo de prostituição, dentre outras atribuições relativas a este setor público que pertence a toda sociedade” (YOKOO; CHIES, 2009, p.1), mesmo diante desses usos (que de certa forma, podem causar uma repulsa a esses elementos urbanos). Eles têm sido, um componente urbano, bem resiliente à História e às várias gerações.

3. AS PRAÇAS DA ZONA NORTE DE MACAPÁ

Neste capítulo, são apresentados os resultados encontrados com base na metodologia escolhida. Para execução deste trabalho, a pesquisa crucial foi a de campo. Foram feitas várias visitas às praças públicas no decorrer do segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, em datas e horários diferenciados.

3.1 Localização das praças

A questão primária do trabalho foi localizar as praças e seus respectivos bairros (QUADRO 6). Dos bairros situados (20 no total) na Zona Norte de Macapá, apenas 8 deles têm praças públicas em sua extensão territorial, o número de praças existentes na área estudada é 12 praças, e todos esses espaços públicos foram estudados.

Bairro/Loteamento/Conj.Habitacional	Quantidade de praças
São Lázaro	2
Jardim felicidade	3
Jardim felicidade II	1
Novo Horizonte	2
Infraero II	1
Pantanal	1
Renascer	1
Boné Azul	1
Açaí	0
Amazonas	0
Brasil Novo	0
São José	0
Ipê	0
Sol Nascente	0
Macapaba (MCMV)	0
Mestre Oscar Santos (MCMV)	0
Infraero I	0
Morada das Palmeiras	0
Buritis	0

Quadro 6 - Quantidade de praça por bairro/conjunto habitacional/loteamento na Zona Norte de Macapá
Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Os bairros com o maior quantitativo desses espaços públicos é o Jardim Felicidade I, seguido pelos bairros São Lázaro e Novo Horizonte. Os dois primeiros, são os mais antigos em ocupação, no eixo norte. O Novo Horizonte é o maior em extensão territorial e o segundo em número de habitantes, com quase 25 mil habitantes de acordo com o censo de 2010, comparados a todos os bairros da capital.

A falta de praças na maioria dos aglomerados urbanos (bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais) na zona norte da capital amapaense, vem confirmar que o direito à cidade, principalmente, ao acesso à infraestrutura social, de fato, é muito restrito. Para Loboda (2016, p.47), “para sujeitos sociais que habitam nas periferias há perda do direito de ter acesso à cidade, aos seus bens e serviços, sobretudo, seus equipamentos de uso coletivo”.

Sobre a distribuição de praças na malha urbana deve-se fundamentar em parâmetros de ordem técnica, em que localização e distribuição delas sejam igualitárias. E que a praça pública deve ser localizada, de forma que o cidadão gaste o menor tempo possível, para ter acesso a ela em uma caminhada a pé (DE ANGELIS, 2000).

Ao considerar dados acima, vê-se que o eixo Norte da cidade de Macapá, tem carência de equipamentos coletivos lazer (praça), apenas 40% dos bairros têm esses equipamentos disponíveis à população. E corroboram com os que os autores: Loboda (2016) e De Angelis (2000) no que diz respeito, à perda ao acesso à cidade pelo moradores e à localização e distribuição isonômica das praças, respectivamente.

3. 2 Funções Sociais das praças

Para Leitão (2002, p. 2) “cada espaço tem utilidade urbanística e usos específicos que indicam como as pessoas se apropriam desses lugares especiais que a cidade lhes oferece”. As praças estudadas apresentaram ter função mista, são utilizadas para o esporte, recreação e comercialização. O comércio, nesses espaços, é voltado para alimentação (comidas típicas, *fast food*, churrasquinho e outros), bebidas, e também para recreação. É comum, encontrar brinquedos infláveis e camas elásticas em algumas praças. O uso misto das praças é bem característico da contemporaneidade, nessa linha é permitido as mais diversas propostas funcionais (ROBBA; MACEDO, 2010), tal como indicado no gráfico 1.

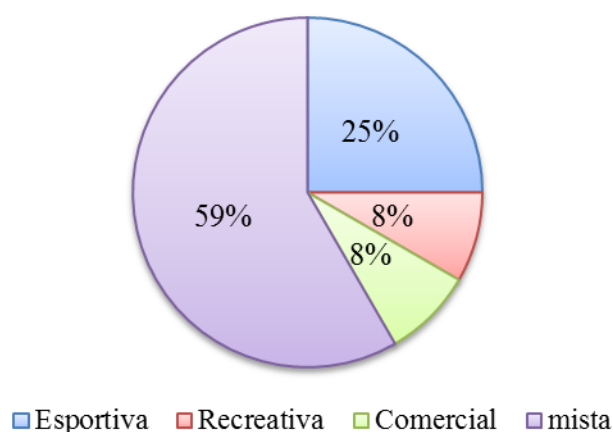


Gráfico 1 - Funções das praças
Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Como foi destacado por vários autores, tal como referenciado neste trabalho, a praça é o lugar do encontro e do convívio. E foi confirmado nas idas às praças estudadas. Mesmo aquelas com estrutura mais precária e/ou ociosa, elas são os locais de encontro, no fim da tarde, das crianças, dos jovens, homens e mulheres que as utilizam para jogar futebol. No mínimo, as estudadas têm duas funções bem nítidas, tal qual sintetizado no quadro 7.

Praça	Funções Sociais* identificadas
Praça da Rodoviária	Convívio Social, comércio, serviços e circulação.
Praça do MP-AP	Convívio Social, lazer e circulação.
Praça do Curiaú	Convívio Social, lazer, comércio, prática de atividades físicas e circulação.
Praça Arena Jardim I	Convívio Social e prática de atividades esportivas.
Praça Jardim II	Convívio Social, lazer, comércio, prática de atividades de atividades esportivas e circulação
Praça Nova Eterna Aliança	Convívio Social, lazer, comércio, prática de atividades físicas e circulação de atividades esportivas.
Praça Raimunda Capiberibe	Convívio Social, recreação e prática de atividades esportivas.
Praça Arena Renascer	Convívio Social, de estar e prática de atividades esportivas.
Praça do Pantanal	Convívio Social, comércio e prática de atividades esportivas.
Praça CEU (Centros de Artes e Esportes Unificados) das Artes	Convívio Social, lazer e prática de atividades esportivas.
Praça do Boné azul	Convívio Social e prática de atividades esportivas.

Quadro 7 - Funções Sociais identificadas nas praças

* Funções sociais das praças de acordo com LEITÃO, 2002 e ROBBA; MACEDO, 2010.

Fonte: elaborada pela autora, 2018

3. 3 Análise dos equipamentos e estruturas presentes nas praças públicas estudadas

Os dados aqui expostos seguirão a ordem presente na ficha utilizada para fazer avaliação (Anexo 1). Com algumas ressalvas, para não repetir algumas respostas (principalmente, de alguns itens que não foram encontrados em nenhuma das praças) não se respeitou a ordem.

Os bancos (item 1), em todas as praças têm a presença deles (todos de concreto, e apenas duas apresentam bancos com encosto), eles servem para atender duas necessidades: de assento (para conversar, namorar etc) e compor a paisagem. Para o assento, precisar ser confortável e com encosto (LEITÃO, 2002).

Ao considerar a questão climática de Macapá, que tem um clima quente e úmido com elevadas temperaturas durante o ano todo, os bancos de concreto não são indicados já que eles absorvem muito calor. Portanto, os bancos por serem de concreto e sem encosto são desconfortáveis.

Ainda de acordo com Leitão (2002) destaca que, os bancos de concreto são resistentes, de fácil manutenção e em relação aos outros materiais (ferro, madeira, pedra natural e resinas estruturada) tem um baixo custo no projeto. Além das duas características destacadas pela autora, percebe-se que os bancos de concretos são mais resistentes às ações de vandalismo. Nas praças estudadas, poucos bancos foram encontrados quebrados.

Em todas as praças foram encontradas árvores (item 2), em sua maioria de médio porte e as demais de grande e pequeno porte. A presença arbórea nas praças da Zona norte de Macapá, é extremamente positiva, já que a cobertura vegetal contribui para amenizar as altas temperaturas. Mas em algumas praças, o plantio das árvores não privilegiou áreas próximas aos bancos. O que as deixariam mais atraentes ao longo do dia.

As praças arborizadas estão contribuindo com sua função ambiental. As árvores têm vários efeitos que contribuem para a qualidade de vida:

A simples arborização de uma cidade não significa que haja uma perfeita reintegração do ambiente natural, porém proporciona uma série de benefícios que aproximam o homem da natureza. Além de seu efeito sobre o bem-estar psíquico da população, as árvores, pela sua simples presença no meio urbano determinam vários benefícios que podem ser distinguidos em função da influência exercida sobre o ambiente (GERALDO, 1997, p. 41).

A cidade de Macapá teve o primeiro plano de arborização urbana, aprovado e sancionado em 2016. Nele é encontrada várias menções sobre o manejo e manutenção da arborização nos espaços públicos da cidade. No geral, referente à manutenção da arborização nesses espaços, a prefeitura fomentará a parceria público-privada (PMM, 2016).

Nas 12 praças foram encontrados postes de iluminação (item 3). Em 92% prevalecem a iluminação alta e os dois tipos de iluminação: alta e baixa estão presentes em apenas 8% (que equivale apenas a uma praça). Referente à qualidade da iluminação foram encontrados os seguintes resultados, conforme o Gráfico 2.

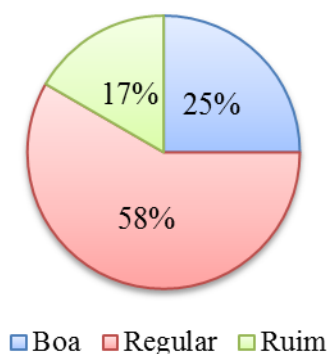


Gráfico 2 - Qualidade da iluminação das praças da Zona Norte de Macapá
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A iluminação pública foi um problema encontrado nos espaços públicos pesquisados. A maioria, tem iluminação regular. Embora, a iluminação seja alta, os postes em algumas praças não têm uma distribuição que venha abranger alguns pontos para melhorar a iluminação da área total.

É importante destacar, que nas praças que possuem campo de futebol e/ou quadras, a iluminação é bem concentrada nesses lugares, e são dos tipos holofotes. Os materiais usados para os postes são de concreto e ferro.

Infelizmente, a iluminação pública ruim é algo comum na cidade de Macapá, em muitas vias públicas ainda predominam nos postes do tipo de lâmpada incandescente ou até mesmo ausência de iluminação pública. Porém, a iluminação pública é um serviço de relevância à vida noturna nas cidades, em especial nos espaços públicos:

Pesquisas elaboradas junto a moradores próximos a espaços já iluminados indicam redução do índice de criminalidade em até 70%, além de proporcionar a realização de práticas de esporte e lazer e contribuir para a diminuição do consumo de entorpecentes (ELETROBRÁS, 2005, p.7)

A qualidade na iluminação nas praças deixa-as atrativas, e conseqüentemente, mais seguras à população. O elemento iluminação é sem dúvida um fator que será motivo de atração ou repulsão para esses locais. A iluminação de qualidade torna os espaços públicos mais seguros e dificulta sua utilização para outros fins: venda e consumo de drogas, ações de vandalismo, assaltos e outros.

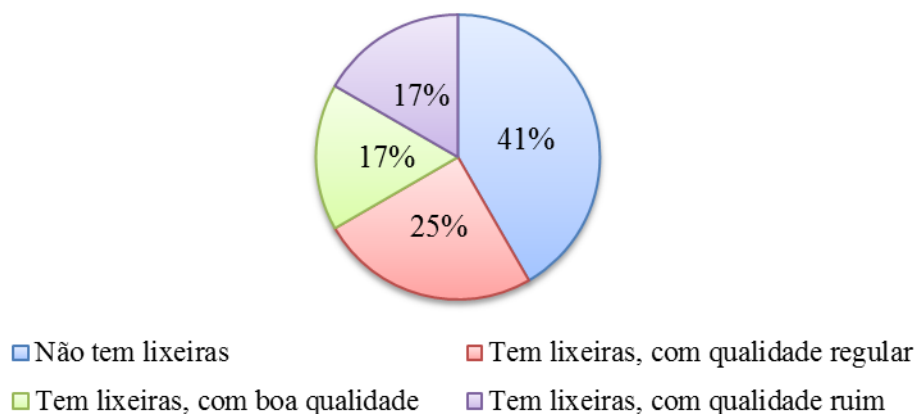


Gráfico 3 - Presença e qualidade das lixeiras nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

De acordo com Leitão (2002, p. 78) as lixeiras “são indispensáveis no espaço público, as lixeiras devem se constituir, elas próprias, em elemento de valorização do espaço projetado”. Porém, tal elemento não se faz presente em 41% dos espaços estudados, e apenas 17% (correspondem a duas praças) as lixeiras (item 4) são de boa qualidade. Em muitas praças, os lixos estão espalhados. Em três espaços estudados, têm presença de lixeira viciada.

A falta de lixeiras na maioria das praças contribui para aumentar a degradação e abandono de algumas delas. E tornam-nas espaços sujos e não atraentes para as funções que se destinam. Além das idas à secretaria municipal de manutenção urbanística, e-mails foram enviados para saber sobre a limpeza das praças estudadas, mas nenhuma resposta foi obtida. Nas atividades de campo, em apenas 4 praças, foi visto a presença de garis responsáveis pela limpeza: varrer e coleta de lixo.

As lixeiras de coleta seletiva, bebedouros e bicicletário, espaço de terra batida e área para cachorros ciclovia, respectivamente, (itens 5, 6, 13, 19, 24 e 25) não foram encontrados nas praças.

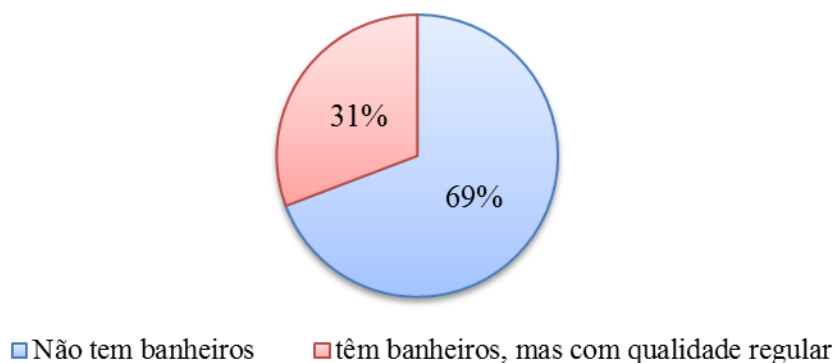


Gráfico 4 - Presença e qualidade de banheiro das praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Embora, 31% das praças terem a presença de banheiros (item 7), eles estão ligados aos quiosques nelas construídos. e permanecem fechados quando eles não estão funcionando. Esses elementos ficam disponíveis à população usuária, somente no horário de funcionamento dos estabelecimentos, no fim da tarde e à noite. Com exceção da praça CEU das artes, que a disponibilidade é durante o dia, já que ela faz parte do complexo CEU das artes. Os banheiros têm qualidade regular, a limpeza e manutenção são feitas pelos responsáveis dos quiosques. Os banheiros encontrados nos locais pesquisados não são adaptados para as pessoas com necessidades especiais. O elemento banheiro é essencial às praças. Ele vem sanar uma necessidade fisiológica, e as praças são lugares de estar de pessoas de todas as idades, principalmente, atraentes às crianças. A presença de banheiros e com boa qualidade deixariam as praças mais confortáveis aos seus frequentadores.

O telefone público (GRÁFICO 5) foi encontrado em apenas 3 praças. Embora, não estivesse no rol de itens pesquisados, foi verificado nas idas às praças se havia rede de internet wi-fi pública disponível, diante do advento da tecnologia os aparelhos ligados à internet é maneira mais usual para se comunicar. Mas não há rede de internet wi-fi pública nos espaços públicos analisados.

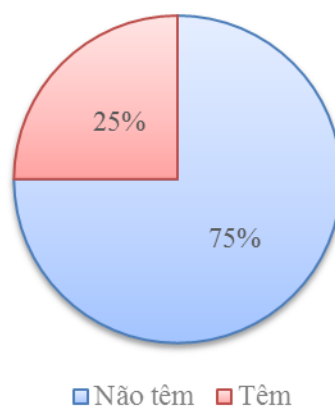


Gráfico 5 - Telefones públicos nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Nas praças, os itens 9, 10, 11 e 28 (palco/coreto, obra de arte, chafariz, e monumento, respectivamente, não foram encontrados. As praças, assim como outros elementos urbanos, passaram por muitas transformações no decorrer da história. Dependendo do momento histórico vivido, foram mudadas as formas, usos e funções. Os elementos acima citados eram construídos em praças de estilo eclético inspiradas na cultura europeia do século XVIII, e que no Brasil foi consolidado no início do século XX. (ROBBA; MACEDO, 2010).

Embora, não se tenha encontrado dados sobre as histórias das praças, esses espaços públicos estudados não têm muitas décadas. A própria área onde eles estão localizados foi povoada na década de 80. Mas é importante considerar, principalmente, nos projetos de requalificação urbana de praças que tenham esses elementos históricos, já que eles são importantes para a memória coletiva da cidade (LEITÃO, 2002).

Nos espaços públicos analisados, nos quais há estacionamento (GRÁFICO 6), em apenas um, há muitas vagas disponíveis em locais sombreados. A presença de estacionamento foi um ponto positivo encontrado nas praças. Ter estacionamento contribui para comodidade e segurança dos usuários que vão às praças com seus veículos automotivos.



Gráfico 6 - Presença de estacionamento nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O ponto de ônibus (GRÁFICO 7) foi encontrado em apenas 3 praças. Mas, as demais possuem ponto de ônibus perto delas, sem precisar percorrer muitos metros.

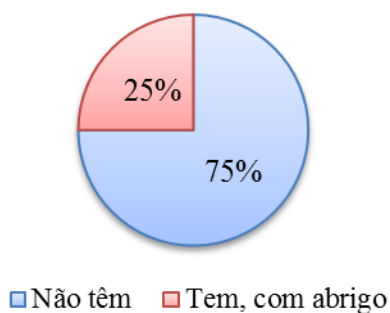


Gráfico 7 - Pontos de ônibus nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Apenas na praça pertencente à área da rodoviária foi encontrado ponto de táxi e moto táxi, que devem ser nutridos por ser um lugar de chegada e partida de pessoas. Em tempos de aplicativos onde se tem a facilidade de encontrar esses serviços, talvez, tais pontos fiquem mais obsoletos.

No decorrer das várias observações feitas às praças, foi perceptível que a presença de elementos que facilitavam a prática do esporte são os grandes atrativos de pessoas para esses espaços. As quadras (GRÁFICO 8) são bem iluminadas, com piso de concreto e algumas têm cercas altas. Embora, uma pequena quantidade das praças tenha a presença de quadras, elas são úteis e local formal, para prática esportiva com mais segurança. É comum nos bairros periféricos, muitas vezes, as ruas tornam-se o local para praticar esporte. Tais locais, informais, são muitos arriscados, devido aos riscos de acidentes, principalmente.

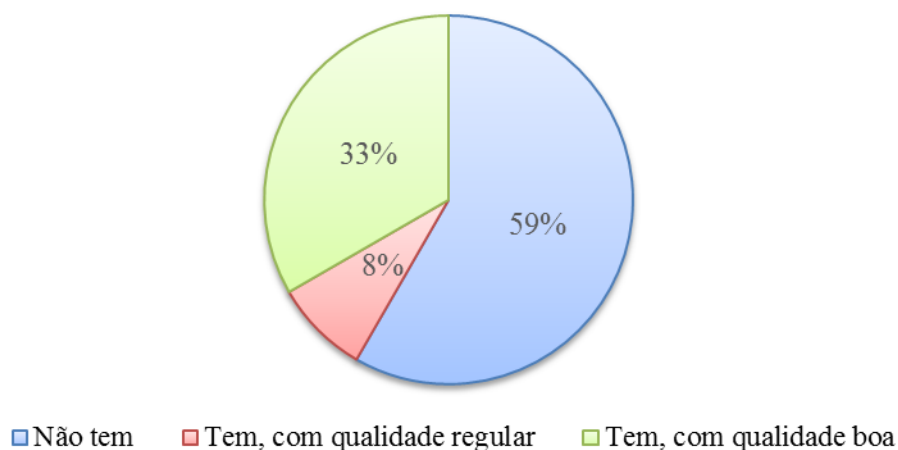


Gráfico 8 - Presença de Quadra poliesportiva nas praças da Zona Norte
 Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Ambos os elementos estão intimamente ligados nos lugares onde foram encontrados, por isso a junção no mesmo gráfico. Algumas praças tiveram sua função definidas apenas como esportivas, em 3 delas, a atração principal são os campos. Esses são usados à tarde e à noite, embora haja o uso intenso deles nesses horários, os times conseguem manter organização. Os campos (GRÁFICO 9) têm uma estrutura razoável, quase todos são bem iluminados e possuem piso de areia. Em 92% das arquibancadas verificadas foi constatado que as mesmas são construídas de concreto e estão em bom estado de conservação, e em 8% as arquibancadas foram utilizados ferro e madeira na sua construção.

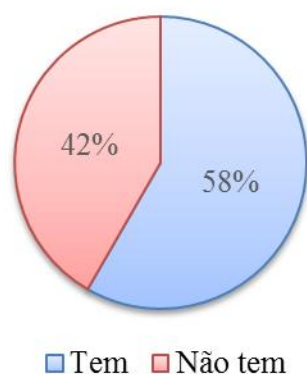


Gráfico 9 - Presença de Campo e Arquibancada nas praças da Zona Norte
 Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Nas visitas feitas, foram vistos times de crianças (das escolas de futebol de bairro), times femininos e masculinos de adultos. Em conversas informais, foram descobertos alguns trabalhos sociais em prol de crianças, e que os campos são usados para elas praticarem atividade esportiva.

As pistas de skate estão presentes em duas praças (GRÁFICO 10). As academias populares fazem parte de equipamentos de duas delas também. Em uma (praça Raimunda Capiberibe), há um número reduzido de equipamentos e em situação precária. Nela tem apenas 5 equipamentos, atualmente, mas sem a devida manutenção.

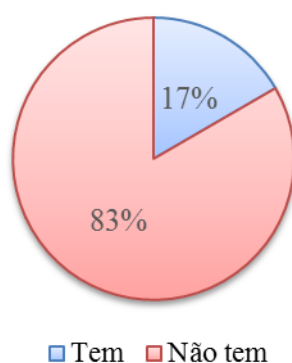


Gráfico 10 - Presença de Pista de Skate e Academia Popular nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Já em na outra (praça do Curiaú), a academia é muito utilizada no início da manhã, final da tarde e à noite. Nela tem uma quantidade maior de equipamentos instalados. Além da academia, o espaço público é utilizado para caminhada, há grupos que praticam zumba, treino funcional e outras atividades. Nos horários citados, a presença de usuários é intensa no referido local.

O *playground*, é um elemento bastante usado nas praças pelo público infantil, mas em apenas 33% (equivalente a quarto praças) há presença dele. Nessas praças em que o espaço está presente (GRÁFICO 11), em duas, ele tem uma boa qualidade, nas demais encontram-se em estado de abandono ou quase destruído. Em sua maioria, o material usado é madeira, e em somente uma praça os brinquedos são de ferro (praça do Ministério Público).

Sobre os brinquedos em espaços públicos, faz-se necessário destacar que, além de bonitos e confortáveis, os materiais utilizados precisam oferecer segurança ao público alvo, que são as crianças (LEITÃO, 2002). É muito comum encontrar nos espaços pesquisados,

aqueles em que há a maior movimentação de pessoas, a comercialização de minutos em brinquedos infláveis e camas elásticas. Esses brinquedos já fazem parte do mobiliário de algumas praças. A ausência e/ou falta manutenção de *playground* nas praças periféricas do eixo Norte de Macapá é muito negativo. Esses elementos urbanos, para muitas famílias residentes dessa área periférica, é ou seria (dependendo da condição da praça) o único lugar acessível para lazer.

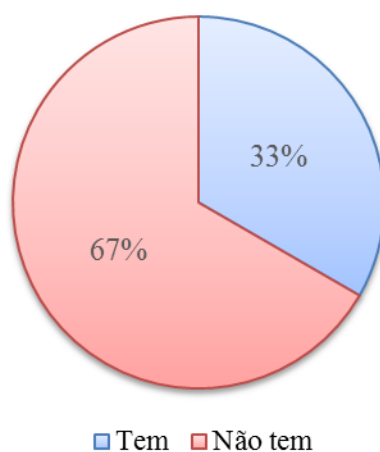


Gráfico 11 - Presença de Playground nas praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

E nesses equipamentos coletivos de lazer, os brinquedos infláveis são bem presentes, embora seja uma fonte de renda ao empreendedor, a instalação de tais brinquedos pode causar uma “expulsão” de famílias mais carentes desses ambientes, principalmente, quando elas não têm como oferecer as suas crianças momentos de diversão neles. O que pode causar um certo tipo de segregação.

Item 23, mesas multiusos, estão presentes em 17% das praças, todas são feitas de concreto e com quatro banquinhos, também, do mesmo material e sem encosto e localizam-se em ponto não sombreados. De acordo com Leitão (2002), elas são fundamentais às praças onde a função é o encontro e o lazer.

Os quiosques (GRÁFICO 12) estão presentes, na grande maioria, das praças existentes na área pesquisada. Cinco delas têm quiosques de concreto quase todos com abrigo, sendo que em dois desses quiosques foi construído o abrigo à parte, fora do projeto original “um puxadinho”. No geral, os quiosques de concreto, os que estão em uso, têm uma boa estrutura. Em quatro praças há presença de *trailer* instalados. Há nesses espaços,

também a presença de muitas bancas improvisadas para comercialização de comidas e bebidas.

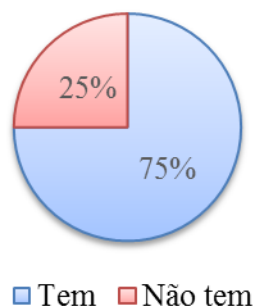


Gráfico 12 - Quiosque presente nas praças da Zona Norte de Macapá
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

O comércio de alimentos presente nos locais estudados é um fator atrativo, mas, principalmente, no que se refere à condição sanitária, a venda de comida deixa muito a desejar, os comerciantes de bancas e *trailer* atuam no improvisado, sem uma área específica para cuidar dos alimentos. Exceto nos quiosques construídos no projeto original de algumas praças, há uma parte específica para manipulação de alimentos.

Embora, 59% das praças não estejam localizadas nas áreas de edificações institucionais (GRÁFICA 13), metade desse percentual há em seu entorno instituições públicas, principalmente, escolas.

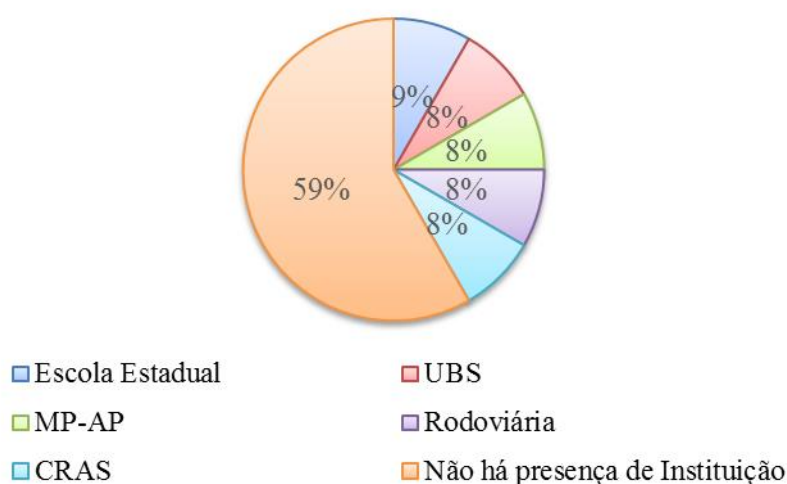


Gráfico 13 - Presença de Edificação Institucional
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Os itens 27, 31 ,32, 33, 34, 35 e 36 (banca de jornal/igreja, quadros de avisos, placa de sinalização, terminais de informações, guarita e pequeno depósito para equipamento) respectivamente) não foram encontrados nas praças estudadas.

As vagas especiais, item 37, foram encontradas em uma das praças somente, Praça do MP-AP.

No que se refere à limpeza e conservação, apenas três praças apresentam boas condições de uso, nelas é visível que há limpeza com frequência. Em uma delas a limpeza e manutenção são feitas pelo MP-AP.

Metade dos espaços estudados apresentaram condições regulares: nesses foi verificado a necessidade de manutenção, limpeza, capinação, melhora na iluminação etc. Outras três praças encontram-se em situação precária, duas delas (praças dos bairros Renascer e Pantanal) em estado de abandono.

Para finalizar a caracterização foi avaliado os aspectos gerais das praças, nota-se (GRÁFICO 14) que a penas 25% dispõem de um bom aspecto.

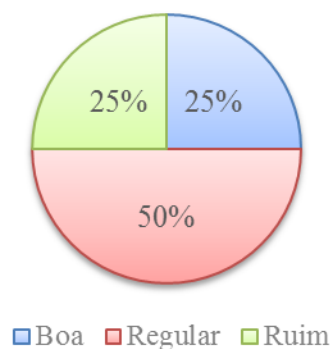


Gráfico 14 - Aspecto geral das praças da Zona Norte
Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Para facilitar a compreensão geral da quantidade ou/e a presença de mobiliário por praça estudada, foram construídos quadros apresentados a seguir. As praças nos quadros foram assim identificadas: Praça da rodoviária (P1), praça do Ministério Público (P2), praça do Curiaú (P3), praça Arena Jardim I (P4), praça Marcelo Cândia (P5), praça Jardim II (P6), praça Nova Eterna Aliança (P7), praça Raimunda Capiberibe (P8), praça Arena Renascer (P9), praça Pantanal (P10), praça CEU das Artes (P11) e praça do Boné Azul (P12). Os itens que não estão presentes nos quadros, não foram encontrados nos locais estudados.

Praça Mobiliário	Banco (Item 1)	Árvores (Item 2)	Postes (Item 3)	Lixeira (Item 4)	Banheiros (Item 7)	Telefone (Item 8)
P1	32	44	6	6	0	3
P2	2	2	23	6	0	0
P3	29	13	7	2	2	0
P4	26	15	6	3	0	0
P5	2	17	4	7	0	0
P6	13	16	19	0	2	0
P7	15	25	12	0	6	0
P8	12	15	12	0	0	0
P9	11	13	8	0	0	0
P10	15	21	11	0	1	1
P11	21	8	8	3	2	0
P12	5	8	8	3	0	0

Quadro 8– Quantidade de equipamento por praça
Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Praça Mobiliário	Estacionam. (Item 12)	P. ônibus Ou Taxi (Itens 14 e 15)	Quadra (Item 16)	Campo e Arquibancada (Item 17 e 18)	P. de Skate (Item 20)
P1	sim	1 (taxi)	6	0	0
P2	sim	0	0	0	0
P3	sim	0	0	0	0
P4	sim	0	0	1 (campo) 2 (arquib.)	0
P5	não	1 (ônibus)	0	0	0
P6	sim	1 (ônibus)	1	1 (campo) 2 (arquib.)	0
P7	sim	0	2	1 (campo) 2 (arquib.)	1
P8	não	0	0	1 (campo) 2 (arquib.)	0
P9	não	1 (ônibus)	0	1 (campo) 2 (arquib.)	0
P10	sim	0	0	1 (campo) 2 (arquib.)	0
P11	sim	0	1	0	1
P12	não	0	1	1 (campo) 2 (arquib.)	0

Quadro 9– Quantidade de equipamentos ou presença de estrutura por praça
Fonte: Elaborada pela autora, 2018

Quadro10 – Quantidade de equipamentos ou presença de estrutura por praça (continuação)

Praça / Mobiliário	Academia popular (Item 21)	<i>Playground</i> (Item 22)	Mesa (Item 23)	Quiosques <i>Trailer</i> (Item 29)	Edificação Instituc. (Item 30)	Vagas Especiais (Item 37)
P1	0	0	0	8 <i>trailer</i>	Rodoviária	não
P2	0	1	0	0	MP-AP	sim
P3	1	0	1	2 (quiosq.) 11(<i>Trailer.</i>)	não	não
P4	0	0	0	0	não	não
P5	0	1	0	1 (<i>trailer</i>)	UBS Marc. Cândia	não
P6	0	0	0	2 (quiosq.) 7(<i>Trailer.</i>)	Escolas Estaduais	não
P7	0	1	0	11(quiosq)	Escolas Estaduais	não
P8	1	1	0	1 (<i>trailer.</i>)	não	não
P9	0	0	0	1 (quiosq.)	não	não
P10	0	0	0	1 (quiosq.)	não	não
P11	0	1	1	0	CRAS	não
P12	0	0	0	1 (<i>trailer.</i>)	Não	não

Quadro 10– Quantidade de equipamentos ou presença de estrutura por praça (continuação)

Fonte: Elaborada pela autora, 2018

3.4 Dados qualitativos

Na segunda parte do capítulo 2, pretende-se informar os dados qualitativos das 12 praças estudadas. Infelizmente, alguns dados importantes como data de inauguração e até mesmo o nome oficial não foram encontrados, pelos motivos já expostos na introdução. Como forma de organizar as informações, foi feita a divisão das praças por bairro

3.4.1 Praças localizadas no bairro São Lázaro

A praça faz parte da área da rodoviária e está situada às margens da BR-210, sua função é comercial. Onde durante o dia, nos estacionamentos, há presença de motorista, que atuam no transporte ilegal, que atraem passageiros e também há vendas de comidas nos *trailers* e bancas. A movimentação maior é durante o dia, até mesmo pela circulação

de passageiros. À noite, o movimento é menor. Os *trailers* de vendas de comidas *fast food* e típicas são as atrações do local.

Referentes aos equipamentos presentes foram contabilizados: 38 bancos (todos possuem encosto, porém muitos estão danificados); 3 telefones públicos, 44 árvores, 6 lixeiras em estado razoável, 1 ponto de táxi e moto táxi, pouca quantidade de poste e muitos sem funcionamento: iluminação precária, há uma grande área de estacionamento.

Como o estado do Amapá não tem ligação via terrestre com os demais estados, a rodoviária só tem chegadas/partidas para os municípios/localidades do próprio Amapá. Mas como o Estado faz fronteira com Guiana Francesa, a praça em questão é de certa forma o “cartão de recepção” dos estrangeiros que adentram a capital do estado por transporte rodoviário. Na avaliação dos itens e com base na estrutura, atualmente oferecida, ela encontra-se em situação deficiente. Precisa urgente, de manutenção para que seja um espaço agradável a todos.



Figura 4 - Praça da Rodoviária
Fonte: Pesquisa de campo (2018)



Figura 5 - Praça da Rodoviária II

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A **praça do Ministério Público** foi construída pelo Ministério Público-AP, o complexo do MP-AP e praça foram entregues à população no 1º semestre de 2015. Estão localizados às margens da BR- 210, no seu entorno há vários órgãos públicos: Superfácil, Detran, UBS e a Maternidade de Parto Natural e o um batalhão do Corpo de Bombeiros.

O espaço é composto pelos seguintes equipamentos: a iluminação é boa (composta por 23 postes e três pontos de iluminação baixa), dois bancos (1 bem espaçoso em forma de círculo) são de concreto, 6 lixeiras de plástico, *playground* (com 7 brinquedos feitos de ferro), tem poucas árvores, um projeto de paisagismo, estacionamento não sombreado (único das praças pesquisadas, que tem vagas especiais) e piso tátil.

A praça tem a função recreativa, há uma escola municipal (ensino fundamental I) próximo à praça, sempre nos horários de saída no turno matutino e vespertino, normalmente há crianças brincando. O espaço é também muito utilizado por famílias que levam os filhos para o lazer, principalmente, no fim da tarde dos fins de semana e feriados. Tem pouca presença de vendedores ambulantes e nenhum instalado no local. É um espaço público com boas condições de uso, e em comparação com as outras praças estudadas, se destaca pelo estado de conservação e limpeza.



Figura 6 - Praça do Ministério Público

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 7 - Praça do Ministério Público II

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.2 Praças localizadas no bairro Jardim Felicidade

A Praça pastor Nery Ferreira de Oliveira, apesar de ter o nome oficial exposto na própria praça, é conhecida popularmente como, praça da rodovia do Curiaú, está localizada às margens da BR-210 e no início da rodovia AP-70 (rodovia do Curiaú). Em seu entorno, lado direito é composto residência.

Esse espaço público conta com os seguintes equipamentos: 29 bancos sem encosto e de concreto, 13 árvores de grande e médio porte, estacionamento não sombreado, academia popular em bom estado, 2 lixeiras de madeira, 7 postes altos (a praça tem boa iluminação, o posteamento privilegia todos os espaços), 3 pérgolas de madeira, 5 mesas (com 4 assentos cada) de concreto, 2 quiosques de alvenaria (com abrigo, feito à parte), 11 *trailer*, várias bancas, dois banheiros (ficam disponibilizados para o uso, quando os quiosques estão funcionando).

A praça do Curiaú é a mais movimentada de todas, é bem localizada, pois fica no trajeto e próxima a vários bairros e loteamentos. A praça tem função mista: comercial, recreativa e utilizada para prática de atividades físicas. A função comercial é bem evidente, o local é um ponto de alimentação da Zona Norte. É possível encontrar: bebidas e comidas típicas, *foodfast*, pizzeria, comida japonesa, sorvetes, acarajé (às vezes, é possível encontrar uma vendedora vestida de baiana), batata frita, churrasquinho, bolos etc. Há ali, em média 30 empreendedores instalados que de acordo com uma notícia divulgada em 2017, no *site* da prefeitura municipal de Macapá, essa buscava organizar os empreendedores na referida praça.

Embora não exista *playground* no local, a movimentação de famílias é intensa. O espaço é utilizado pelas crianças para correrem, andarem de bicicleta, patinarem. Alguns espaços são tomados pela instalação de brinquedos infláveis e camas-elásticas, onde são comercializados minutos nos mesmos.

O espaço da praça é utilizado para práticas de atividades físicas pela manhã e tarde, onde as pessoas praticam caminhada, utilizam academia popular, fazem aulas de zumba e treinos funcionais. A condição da praça é satisfatória, tem um boa iluminação e manutenção.



Figura 8 - Praça Pastor Nery Ferreira de Oliveira (Praça da Rodovia do Curiaú)
Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Figura 9 – Praça Pastor Nery Ferreira de Oliveira à noite (Praça da Rodovia do Curiaú)



Figura 9 - Praça Pastor Nery Ferreira de Oliveira à noite (Praça da Rodovia do Curiaú)
 Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A praça Arena do Jardim tem função esportiva, está situada entre a rua Jardim Felicidade com a Av, Sebastião Queiroz de Alcântara e a Av. Veiga Cabral. Em seu entorno há a presença de duas escolas e uma área residencial.

Fazem parte da estrutura da praça os seguintes equipamentos: 1 campo (cercado e piso de areia) 2 arquibancadas (feitas de concreto), estacionamento não sombreado, 6 postes, 26 bancos de concretos e sem encosto, 3 lixeiras (somente 1 em bom estado) e 15 árvores de grande, médio e pequeno porte.

A principal atração do espaço público é o campo que é utilizado no fim da tarde e à noite. Não há movimento nas áreas onde se concentram os bancos. A iluminação de boa qualidade é concentrada para área interna do campo, os demais espaços quase não há iluminação. Em pontos da praça há acúmulo de lixo, o que contribui ainda mais para a situação precária do espaço. Outra questão desse espaço é a pouca utilização, o que torna o espaço ocioso.



Figura 10 - Praça Arena do Jardim I

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 11 - Praça Arena do Jardim I

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A Praça da UBS Marcelo Cândia, situada entre a rua vereador Júlio Maria Pinto Pereira (rua principal do Jardim I) com a av. Joaquina Silva com Amaral e a Av. Alexandre Ferreira da Silva. A praça faz parte da área de localização da UBS, que tem funcionamento 24h para emergência. No seu entorno, há residências, posto de gasolina, motel, padaria e farmácia.

Nessa praça há pouco movimento, sendo um lugar de passagem para as pessoas que vão a pé ou ônibus para a unidade de saúde. No período da manhã, há uma movimentação maior devido à presença de um vendedor de lanche e café, pois as pessoas chegam muito cedo à UBS para marcação de procedimentos médicos e odontológicos. Em algumas visitas à praça, tinham crianças brincando no local.

O espaço público tem a presença dos equipamentos: 1 ponto de ônibus (com abrigo de madeira), 1 *playground* de madeira (em situação ruim), 7 lixeiras, 4 postes alto e de ferro, 2 bancos de concreto e sem encosto e 17 árvores de médio e pequeno porte, 1 pérgola de madeira e 1 *trailer*.

A praça tem função mista: recreativa e comercial, porém, ambas as atividades são tímidas. Das praças estudadas, ela apresenta poucos espaços impermeabilizados e tem situação regular. É preciso atividades que possam atrair pessoas, pois é um espaço pouco usado.



Figura 12 - Praça da UBS Marcelo Cândia

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 13 - Praça da UBS Marcelo Cândia

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.3 Praça localizada no bairro Jardim Felicidade II

Chamada de praça do Jardim II, é localizada entre a rua Clodoaldo Silva Matias (rua principal do bairro), com a av. Francisco Alves Corrêa e a av. Antônio Picanço e Silva. Próxima a sua área, tem três escolas estaduais, residências e alguns estabelecimentos comerciais.

Na referida praça estão disponíveis à população os seguintes equipamentos: 19 postes, 1 campo, 1 quadra, estacionamento sem sombreamento, 2 quiosques de concreto, 2 banheiros (porém só ficam disponíveis com o funcionamento dos quiosques), 1 ponto de ônibus com abrigo, 13 bancos de concreto e sem encosto e 7 *trailer*.

A praça tem função mista: comercial e esportiva. Há vendas de comidas e bebidas, e também brinquedos infláveis e cama elástica. Os dois equipamentos esportivos são as atrações, bastante utilizados à tarde e à noite, ambos têm uma boa iluminação. No geral, a estrutura da praça é mediana.



Figura 14 - Praça do Jardim II

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 15 - Praça do Jardim II

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.4 Praças localizadas no bairro Novo Horizonte

O espaço público, Praça Nova e Eterna Aliança, está localizado entre a av. Lourenço Araújo de Sá com a Rua Alceu Paulo Ramos e av. Francisco Alves Corrêa. Duas escolas, um Centro de Custódia, residências e alguns estabelecimentos comerciais fazem parte da vizinhança da praça.

A praça conta com estes equipamentos: 1 pista de *skate*, *playground* de madeira, 15 bancos de concreto e sem encosto, 2 campos (piso de areia), 1 quadra poliesportiva (piso de concreto), grande área para estacionamento, 11 quiosques de concreto, 6 banheiros (mas permanecem fechados sem o funcionamento dos quiosques, 3 arquibancadas de concreto e 25 árvores.

No início da manhã e fim da tarde, há pessoas que a utilizam para praticar caminhada e atividades físicas em grupo. Fim de tarde e à noite tem presença de crianças brincando e times utilizando os campos. Os times infantis são frutos de trabalho social, desenvolvido no bairro. Ao considerar, as dimensões do mesmo, ele é o maior bairro periférico do estado. Ao comparar os dados do Censo de 2010, em quantidade de habitantes, o bairro tem população maior que 13 municípios do Amapá.

A praça supracitada tem função mista: comercial, recreativa, esportiva e para práticas de atividades físicas. A função comercial se dá pelo funcionamento de alguns quiosques, que vendem comida e bebidas. O espaço é utilizado para o lazer das crianças, embora a área *playground* necessite de manutenção e capina e há brinquedos infláveis e camas-elásticas. Os equipamentos esportivos são utilizados frequentemente. Em algumas visitas no período noturno, no local havia cultos de igrejas evangélicas.

A pesquisadora desenvolve suas atividades laborais, em uma escola bem próxima à praça, são frequentes relatos de tentativas e roubos na referida praça e presença de usuários de drogas. A praça é um lugar de passagem de pessoas para um ponto de ônibus localizado na rua Cícero Marques (principal do bairro).

No geral, a praça está em estado regular e precisa de alguns cuidados referentes à capinação e iluminação. A porção bem iluminada é próxima aos equipamentos esportivos. Tem presença de lixeira viciada no estacionamento do local.



Figura 16 - Praça Nova e Eterna Aliança

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 17 - Praça Nova e Eterna Aliança II

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

A Praça Raimunda Capiberibe está localizada entre a rua Raimunda Rodrigues Capiberibe com a av. Carlos Almeida. Conhecida como a praça do Lago da Vaca (o bairro

faz limite com uma grande área de APP, conhecida como o Lago da Vaca). Próximo à praça tem uma escola estadual e residências.

Os equipamentos instalados na praça são: 14 bancos (12 com encosto e 2 sem encosto e todos de concreto), *playground* em péssimo estado, academia popular com poucos aparelhos, dois campos cercados (piso de areia), duas arquibancadas, 1 pérgola de madeira, árvores de médio porte, 1 posto policial desativado e 1 *trailer*.

A praça tem função mista: esportiva e recreativa, os campos são sempre utilizados e há sempre criança brincando na área dela. Porém, o lugar é pouco movimentado. A situação da praça é regular.



Figura 18 - Praça Raimunda Capiberibe

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 19 - Praça Raimunda Capiberibe II

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.5 Praça localizada no Bairro Renascer

A Arena do Renascer, localizada entre: a rua Renascimento com travessa Itália, Alameda Pérgamo e rua Mesopotâmia. A praça tem função esportiva. Outra função da mesma é servir de local de descanso para instrutores de autoescolas, bem ao lado tem um lugar onde é feito o treino para o exame de baliza.

O referido espaço é composto pelos seguintes equipamentos: 1 campo (cercado e piso de areia), 1 quiosque de concreto, mas não funciona, 1 ponto de ônibus, 11 bancos (de concreto e sem encosto), 1 *playground* destruído, 2 arquibancadas de concreto, 13 árvores de grande porte, 8 postes e um *trailer* pequeno.

O campo é a única atração do espaço. No lugar onde havia os brinquedos, tornou-se uma lixeira. A iluminação e as condições da praça são ruins. Vale destacar, que é a única praça disponível no bairro.



Figura 20 - Arena do Renascer

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.6 Praça localizada no bairro Pantanal

A praça do Pantanal fica situada ente a rua João Almeida do Nascimento com av. Nessi Cambraia da Silva, av. Antônio Serafim dos Santos e a rua Euci Rodrigues Farias.

A praça tem: 1 campo de futebol (cercado e piso de areia), 1 arquibancada (de ferro e madeira), 1 quiosque, 1 banheiro, 11 postes, 1 telefone público, estacionamento sem sombreamento, 14 bancos (de concreto e sem encosto) e 20 árvores (de médio e pequeno porte).

O ambiente tem função mista: esportiva e comercial. O elemento atrativo dele é o campo que está sempre em uso e o quiosque de venda de lanches. Ele encontra-se em estado de abandono, em situação bem precária. O espaço é cheio de mato e lixo, e com exceção da quadra, as demais áreas são mal iluminadas. É a única praça disponível no bairro. Porém, a mesma permanece nessa situação faz anos. No ano de 2016, em dois meios de comunicação³, a situação foi exposta. A praça foi notícia no noticiário Bom Dia Amapá, Rede Amazônica, em junho, e no portal Seles Nafes, em dezembro de 2016.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/bom-dia-amazonia/videos/v/moradores-reclamam-o-abandono-da-unica-praca-do-bairro-pantanal/5064367/> e <https://selesnafes.com/2016/12/pantanal-tem-praca-e-ruas-esquecidas/>.



Moradores reclamam o abandono da única praça do bairro Pantanal

Mais informações



ZONA NORTE

Pantanal tem praça e ruas esquecidas

4 Dezembro, 2016



A praça nem lembra o lugar bonito que já foi um dia. A prefeitura informou que fará a limpeza do bairro nas primeiras semanas de dezembro.

Compartilhamentos



DA REDAÇÃO

Parte de um dos bairros mais novos da capital passa por grandes dificuldades. O Pantanal, na Zona Norte, tem pouco mais de 9 mil moradores, e surgiu um pouco depois do Renascer. Os principais problemas são de urbanização e falta de manutenção.

A única praça do bairro está abandonada. De acordo com moradores, não há manutenção.

Figura 21 - Reportagem sobre abandono da praça Do Pantanal

Fonte: G1-AP; Portal Seles Nafes.



Figura 22 - Praça do bairro Pantanal

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).



Figura 23 - Praça do bairro Pantanal

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

3.4.7 Praça localizada no bairro Infraero II

A Praça CEU das Artes, situada entre a av. Carlos Lins Cortes (principal do bairro) com Rua Rio Branco e Rio Ouro Preto. No seu entorno tem uma UBS, laboratório de exames e residências. A praça faz parte do complexo CEU das Artes. CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados) das Artes é um programa federal com parceria municipal que:

Integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras (CEUS, 2017).

A praça do Centro de Artes e Esportes Unificados da Zona Norte, é equipada por: 1 quadra (cercada, coberta e piso de concreto), 1 pista de *skate*, 1 *playground* de madeira, 13 postes, 21 bancos de concreto e sem encosto, 4 lixeiras de plástico, 4 mesas com 4 assentos cada (de concreto) e estacionamento. A praça apresenta um bom estado, tem a função mista: esportiva e recreativa.



Figura 24 - Praça CEU das Artes

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

3.4.8 Praça localizada no bairro Boné Azul

A praça do bairro Boné Azul encontra-se situada próxima à BR-210 com a rua Laranjal do Jari. No entorno tem a sede da associação de moradores e residências.

Os equipamentos existentes no local são: 1 campo (parcialmente⁴ cercado e piso de areia), 1 quadra com piso de areia, 5 lixeiras, 8 postes, 5 bancos, 2 telefones públicos, 1 pérgola de madeira, 8 árvores de médio e pequeno porte e 1 *trailer*.

A praça tem função esportiva, os equipamentos de esporte são utilizados diariamente. No campo acontece aulas de futebol para as crianças que são assistidas por esse projeto social. O ambiente tem situação regular.

⁴ Parte da proteção foi retirada pela Companhia de eletricidade do Amapá (CEA) em 2016, para instalação do linhão de Tucuruí.



Figura 25 - Praça do bairro Boné Azul

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

3.5 As praças da zona norte de Macapá versus a eficácia da política urbana

Os marcos legais que regulamentam a política urbana brasileira e a municipal, estatuto da cidade e plano diretor, ambos buscam através dos objetivos e diretrizes que os compõem, o combate à desigualdade nas cidades. Mas os dados sobre a localização e quantidades das praças existentes na área estudada, mostram que há desigualdade, apenas 40% dos bairros situados nas Zona Norte (maior área periférica da cidade) têm praças públicas em sua área territorial. Esse dado mostra também que, “priorização de ações nas áreas e núcleos urbanos mais carentes, com ênfase na implantação e melhoria dos sistemas de infraestrutura urbana” (PMM, 2004, p. 26), não vem sendo executado, pois a zona em questão tem carências gritantes referente à infraestrutura física e social.

Ainda sobre desigualdade, ela fica nítida no que se refere às ações do poder público e da sociedade civil em desenvolver atividades artísticas, educativas, de lazer, religiosas e outras, somente nas praças localizadas na zona central da cidade, mais precisamente, na praça Floriano Peixoto e complexo da beira rio. De acordo com a ONU (2017, p.84) “A

desigualdade no acesso à infraestrutura, reforça as desigualdades em oportunidades e resultados entre pessoas, bem como compromete a resiliência”.

Se as atividades citadas, também fossem desenvolvidas nas praças estudadas dariam mais funções a elas e poderiam trazer à população um sentimento de pertencimento. Já que esses espaços públicos teriam ainda mais funções no cotidiano dos moradores dos bairros estudados.

As praças públicas são elementos urbanos que podem ter múltiplas funções, quando elas têm uma boa infraestrutura e manutenção. Porém, somente 25% (apenas 3) desses espaços, instalados na área escolhida para estudo, apresentam uma boa qualidade. Ressalta-se, que em uma delas, a sua construção e manutenção são feitas pelo MP-AP. A má qualidade das praças vai de encontro o que preconiza o art. 33 do plano diretor do município de Macapá:

A Estratégia para Qualificação do Espaço Urbano tem como objetivo geral ordenar e regulamentar o aproveitamento dos espaços da cidade, para propiciar um ambiente mais saudável e confortável para os seus usuários e criar novas oportunidades de geração de trabalho e renda para a população, sobretudo relacionadas ao lazer e ao turismo (PMM, 2004, p.26).

Alguns elementos/equipamentos que fazem parte da estrutura dos espaços públicos estudados, dentre eles: bancos, mesas multiusos e seus respectivos assentos, arquibancadas foram construídos de concreto. Esse material tem uma grande absorção do calor, ou seja, indicado para onde predomina um clima quente. Outro aspecto dissonante à questão climática é que algumas praças têm muitas áreas impermeabilizadas. Embora, de acordo com lei que rege a política urbana municipal, um dos objetivos para qualificar o espaço urbano, é adotar padrões urbanísticos condizentes com as características climáticas local (PMM, 2004).

As questões acima elencadas: oferta desigual, qualidade precária e equipamentos não adequados às características climáticas, também não condiz com o art. 2, inciso V da lei 10.257/2001 já que: “a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais” é uma das suas diretrizes gerais ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Para Garcias e Bernandi (2008, p.10):

O Estatuto da Cidade no artigo 2o.I, ao estabelecer as diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana aponta, mesmo que indiretamente, quais seriam algumas das funções sociais da cidade: “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

De acordo com a legislação urbana vigente, pode-se inferir que praças públicas de qualidade vai ao encontro do direito à infraestrutura urbana e ao lazer, e ambos os direitos são essenciais ao bem-estar no espaço urbano.

Para englobar o direito a todos, a ampliação da acessibilidade é uma das diretrizes presentes no PDM, porém nas praças analisadas, somente em duas há piso tátil. O que contribui para o acesso desigual desses espaços públicos, onde as pessoas portadoras de alguma deficiência física ou que tenham a mobilidade reduzida têm dificuldades de usufruí-los.

Faz parte das diretrizes para a qualificação do espaço urbano de Macapá, “a otimização da infraestrutura urbana existente” (PMM, 2004, p. 16), mas de acordo com as observações feitas no decorrer da pesquisa, é que há um abandono, falta de manutenção e ociosidade de algumas praças públicas estudadas.

Essa realidade encontrada nesses elementos urbanos, que contribuem para melhor qualidade de vida nas cidades, também está em desacordo como que diz a Nova Agenda Urbana (aprovada na cidade de Quito no Equador em outubro de 2016, na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável) pois prevê que as cidades:

(...)priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, amigáveis para as famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas, reconhecendo-se as necessidades específicas dos que se encontram em situações vulneráveis (ONU, 2016, p. 5).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo Norte da capital amapaense enfrenta vários problemas ligados às questões urbanas: mobilidade urbana ruim, saneamento básico precário, necessidade de pavimentação, manutenção e sinalização das vias públicas, moradias dignas (muitas APPs da área são ocupadas), limpeza urbana, e também de acordo com esta pesquisa a carência de espaços públicos de qualidade e atraentes aos moradores da Zona Norte é mais um problema encontrado.

A desigualdade no acesso às praças é notória, há bairros que concentram três a duas praças na sua área territorial, enquanto outros não possuem esse elemento urbano. E em alguns aglomerados urbanos, os espaços públicos apresentam condições regulares ou ruins. Os bairros Renascer e Pantanal possuem apenas um desses elementos, mas encontra-se em estado de abandono. Porém, constatou-se que em meio a situação precária esses espaços ainda são utilizados pela população e têm função social.

Outro ponto que mostra desigualdade, é a ausência de elementos que facilitem a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, não é comum às praças estudadas, elementos que facilitem a acessibilidade, apenas em duas há piso tátil. O que mostra o não cumprimento da lei federal nº 10.098/2000 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a política urbana. Todas preconizam a acessibilidade com segurança nos espaços públicos em geral.

Foi perceptível no decorrer da pesquisa, que as praças que apresentam as melhores condições são as mais frequentadas e têm várias funções, ou seja, elas são espaços importantes à comunidade, bastam oferecer boas estruturas.

Outras constatações feitas: foi que algumas praças são espaços de lazer, esporte e recreação para alguns, e fonte de renda para outros. Pois o comércio de alimentos e bebidas e oferta de brinquedos infláveis se fazem presentes em algumas delas, a função comercial é um fator de atração de pessoas.

Sobre os horários de mais utilização dos espaços públicos, aqui estudados, foi que o período de mais circulação e utilização das praças é no fim da tarde, a partir das 17h e à noite, com exceção da praça da rodoviária, as demais durante o dia tornam-se um lugar de

pouquíssimo movimento. Até naquelas em a função comercial é marcante, ao longo do dia os quiosques, *trailer* e bancas não funcionam.

Nas praças que são usadas para o comércio, os vendedores ali instalados têm preocupação no que se refere à limpeza. Nas praças, do Curiaú, Nova e Eterna Aliança e do Jardim II as áreas próximas ao quiosques e *trailer* são limpas, naqueles que possuem banheiros, esses são mantidos fechados e com grades (durante o dia) para evitar que sejam alvos de vandalismo. Porém, na maioria das praças, não há lixeira, nem limpeza regular por parte da prefeitura. E em algumas delas há presença de lixeiras viciadas, o que evidencia que alguns moradores tornam esses locais insalubres.

Referente à questão ambiental, as praças têm presença de árvores, embora em algumas, a plantação dessas árvores não favoreceu as áreas pertos dos bancos, já que o clima da cidade e material usados para construção deles (concreto) não os deixam convidativos, principalmente, durante o dia. Salvo, as praças: Marcelo Cândia e Boné Azul, as demais apresentam maior parte de suas áreas impermeabilizadas, esse fator também pode deixar a temperatura do ambiente mais elevada.

Embora, não adequado às questões climáticas local, o uso do concreto para construção de bancos, mesas multiusos e arquibancadas é comum a quase 100% das praças estudadas. A utilização desse material construtivo aumenta ainda mais absorção do calor e deixa esses locais menos atrativos durante o dia.

Pode-se confirmar, que a presença dos espaços destinados às práticas esportivas (quadras e campos) são elementos que atraem à comunidade para as praças. E existe uma organização na utilização desses espaços referente aos horários e também uma rede de proteção, apresentação uma boa estrutura e iluminação.

No geral, as praças estudadas necessitam de manutenção urgente e algumas precisam passar por um processo de revitalização. Pois dariam mais funcionalidades e trariam à malha urbana desses bairros, uma melhora na paisagem. Mas sugere-se quaisquer intervenções nesses espaços, sejam feitas de forma participativa em cumprimento à gestão democrática que é uma diretriz da política urbana, pois cada parte da cidade, cada bairro tem suas particularidades e precisam ser respeitadas.

Neste estudo feito nas praças da Zona Norte de Macapá, pode-se entender a importância desses espaços públicos no cotidiano das pessoas. Até mesmo, aqueles que se encontram em situação precária ainda sim, são utilizados pela população. O que reforça a

ideia que a construção e uma boa manutenção de equipamentos urbanos de lazer são úteis à população e contribuem para qualidade de vida. E, portanto, faz necessária política pública em prol de espaços públicos, bem planejadas e executadas que busquem a intersectorialidade com outros setores: saúde, educação, cultura, lazer e urbana etc, e assim, ser eficaz e proporcionar bem-estar à população urbana, no caso em questão, contribuir para qualidade de vida dos moradores de uma grande área periférica.

Muitas das praças estudadas ficam próximas de escolas e UBSs, ou seja, ficam próximas de instituições, o que facilita ainda mais a execução de projetos nesses espaços, ou até mesmo a “adoção” deles, o que poderia trazer mais vivacidade e outras funcionalidades a estes locais.

De acordo com que preconiza a política urbana nacional, que tem seu principal instrumento o Estatuto da Cidade e a municipal, regulamentada pelo Plano Diretor de Macapá. É perceptível que os objetos de estudo, principalmente, a que se refere à manutenção deles, são feitas, apenas, através de ações políticas isoladas.

E essas ações não condizem com objetivos e diretrizes fundamentais no que diz respeito à qualificação dos espaços públicos e ao bem-estar social nas cidades. Não garantem de forma integral e com qualidade as funções das cidades e aos direitos sociais que nelas estão inseridos. O que permitiu constatar que não há eficácia da política urbana referente às praças pesquisadas.

REFERÊNCIAS

- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Senac, 2008.
- ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas**. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.
- ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In RICO, E. M. (org.). Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo. Cortez, 1998. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf>. Acesso em: 15 de set. 2017.
- AUGE, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 2012.
- BORGES, E. N. **As praças públicas no centro de Ilheus–BA: usos, funções e conflitos sociais**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências Campinas, SP, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000840254>>. Acesso em: 11 dez. 2016.
- BOVO, M. C. **Áreas Verdes urbanas, Imagem e Uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105006/bovo_mc_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Saraiva, 2000.
- _____. Estatuto da Cidade: **Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 5 dez. 2016.
- _____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Desenvolvimento urbano**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/index/palavra/pol%C3%ADtica+nacional+de+des+envolvimento+humano>>. Acesso em: 5 dez. 2016
- _____. Ministério das Cidades. **Curso Estatuto da Cidade (Módulo II)**. Brasília, 2011. (Curso on-line)
- _____. Ministério das Cidades. **O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade (Módulo Introdutório)**. Brasília, 2013. (Curso on-line)

_____. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. **Indicadores Socioeconômicos.** Brasília, 2001? Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicada1_ap.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017

_____. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CALDEIRA, J. M. **A Praça Brasileira trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade.** Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000428029&fd=y>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

CALLARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo.** São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

CARVALHO, C. S; ROSSBACH, A. **O ESTATUTO DA CIDADE:** comentado. São Paulo: Aliança das cidades, 2010. 120p.

CASTRO, V. S; CASTRO C. A. T. A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do operário, no município de Breves-PA. **Revista Brasileira de Estudos do lazer.** Belo Horizonte, v.2, n. 3, p.139-158, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/article/viewFile/1702/2118>>. Acesso em: 16 de ago. 2017.

CEUS. **O programa.** Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/o-programa/>>. Acesso em: 13 dezembro de 2017.

DE ANGELIS, B.L. D.A praça no contexto das cidades o caso de Maringá-PR.2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, B. L. D.; CASTRO, R. M de; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Revista Engenharia Civil UM** (Braga), Guimarães/Portugal,v. 20,n.1,p.57-70,2004. Disponível: <<http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num20/Pag%2057-70.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

DARODA, R. F. **Tecnologia e espaço público: novas experiências na cidade contemporânea.** Curitiba: Appris, 2015.

ECKER, V. D. **A praça como locus da sociabilidade: estudo de caso da Praça da Cidadania, nos Campus da UFSC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167780>>. Acesso em: 11 de fev. 2016.

ELETROBRÁS. **Iluminação de Espaços Públicos Esportivos**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/esporte/Manual_Ilumina%E7%E3o%20de%20Espa%E7os%20P%FAblicos%20Esportivos.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2018.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Nº21, Jun. de 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>>. Acesso em: 15 de agos. 2016.

GARCIAS, C. M.; BERNANDI, J. L. As Funções Sociais da Cidade. **Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 04, v.4, n.4 (julho./dezembro. 2008). Curitiba: UniBrasil, 2008. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/issue/view/4/showToc>>. Acesso em 6 de jul. 2018.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GERALDO, J. C. **A Evolução dos Espaços Livres Públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 10 de jul. 2016

_____. **Tendências Demográficas Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/analise_populacao.pdf. Acesso em 07 de jun. de 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do saneamento instituto trata brasil 2016**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2016/relatorio-completo.pdf>> Acesso em: 29 de jun. 2016.

JACOBS, J. **Morte e vida das cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LOBODA, C. R. Espaço Público e Periferia na Cidade Contemporânea: Entre as necessidades e as possibilidades. **RAEGA**, v. 37, p 37-64, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/issue/view/2178>>. Acesso em 06 de jul. 2018.

LAMB, N. V. W.; CUNHA, L. L. O Papel das Praças Públicas na Consolidação da Função Social da Cidade: Análise da Sua Contribuição na Evolução Urbana Sob um Viés Histórico. In: Seminário Nacional: Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016. **Anais Eletrônico**. Disponível em:< <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14630>> . Acesso em: 05 de jul. 2018.

LEITÃO, L. **As praças que a gente tem, as praças que a gente que**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife, 2002.

MACIEL, M. A. **Uma proposta de lista de verificação para avaliação de praças**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_10262_Mariana%20Alto%E9%20Maciel20170120-123245.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2017.

MARICATO, E. In: CARVALHO, C. S; ROSSBACH, A. O ESTATUTO DA CIDADE: comentado. São Paulo: Aliança das cidades, 2010. Cap 1, p 5-22.

MORA, M. A. R. Indicadores de Calidad de espacios públicos urbanos, para la vida ciudadana, em ciudades intermedias. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53., 2009, Cidade do México. **Anais eletrônico...** Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/33817/1/indicadores_calidadespacio.pdf>. Acesso em: 13 de abr. 2017.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana**.190p. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Civil). UFRJ, Rio de Janeiro,2004. Disponível em: http://www.coc.ufrj.br/teses/mestrado/inter/2004/Teses/NERI_SHA_04_t_M_int.pdf. Acesso em 20 de jul. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ (PMM). **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá, 2004.

_____. **Plano de Arborização Urbana dp Município de Macapá- João Gualberto da Silva**. Macapá, 2016

ROBBA, F, MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras-Public Squares In Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2010.

ROCHA, S. **Pobreza, Desenvolvimento e Política Social** – o caso do Estado do Amapá. Relatório preparado para o Banco Mundial, 2002. Disponível em: <www.ceap.br/material/MAT0303200992128.doc>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RIBEIRO, L. C. Q, RIBEIRO, M. G (org). **IBEU Municipal Índice de Bem-estar Urbano dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook_file/ibeumunicipal_final.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016

REALIDADES URBANAS. **Zona Norte de Macapá**. Disponível em: <<http://realidadeurbanas.blogspot.com.br/2012/06/zona-norte-de-macap.html>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**. v. 11, n. 22, p. 35-61, fev. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2008.

SANTOS, R. V. **(Re) Estruturação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2016. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final-Rom%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA et al. Políticas Públicas de Lazer: Discutindo Espaços e Equipamentos nas Comunidades de Bairro de Campina Grande/PB. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Salvador. **Anais...** Curitiba, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127741/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20de%20Lazer.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SILVA, O. F. Práticas Espaciais e Usos nos Espaços Públicos das Praças em Capitais da Amazônia Oriental Brasileira: Os Casos de Belém e Macapá. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 3, p. 11-32, dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2413/olavov9n3.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017

SOARES, E. N. **Largos, coretos e praças de Belém**. Brasília: Iphan/programa Monumenta, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> . Acesso em 23 de ago. 2017.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAKIAMA, L. R. *et al.* **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório final**. Macapá. IEPA, 2012. Disponível em: <http://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>. Acesso em 11 de jul. 2016.

TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Soc. estado.**, Abr 2013, vol.28, no.1, p.29-52. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 de jul. 2018.

TOSTES, J. A. **A trajetória que impulsionou a dinâmica de urbanização no Amapá**. 2012. Disponível em: <http://josealbertostes.blogspot.com.br/2012/06/trajetoria-que-impulsionou-dinamica-de.html>. Acesso em: 16 jul. 2016.

TUDE, J. M.; FERRO, D.; SANTANA, F. P. **Políticas Públicas**. Curitiba-PR, IESDE Brasil S. A., 2010, 136 p. (Livro digital).

WISNIK, G. **Espaços públicos renascem como forma de integração social**. Jornal da USP. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/espacos-publicos-renascem-como-forma-de-integracao-social/>. Acesso em: 01 de mai. 2017.

YOKOO, S. C. O Papel das Praças Públicas: Estudo de Caso da Praças Raposo Tavares na Cidade de Marigá. In: IV Encontro de Produção Científica e tecnológica, 2009. **Anais Eletrônico**. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/12_YOKOO_CHIES.pdf. Acesso em: 05 de jul. 2018

ANEXOS

Anexo 1- Ficha para o Levantamento dos aspectos quantitativos e qualitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas praças

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES				
Nome da praça: _____				
Localização: _____				
Função: () Esportiva () Recreativa () Cultural () Contemplativa () Comercial () Mista				
Data da Avaliação: ___/___/____				
Início: _____h Término: _____h Duração: _____				
Assinale se os equipamentos listados abaixo existem ou não na praça, se sim, sua quantidade e característica.				
EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO	QUANT.	CARACTERÍSTICAS
1. Bancos				Material: _____ () C/ encosto () S/ encosto
2. Árvores				Porte: _____ () G () M () P
3. Postes de iluminação () Boa () Regular () Ruim				Material: _____ () Alta () Baixa
4. lixeiras () Boa () Regular () Ruim				Material: _____ () Alta () Baixa
5. Lixeiras coleta seletiva (reciclagem)				
6. Bebedouros () Boa () Regular () Ruim				() Alto () Baixo
7. Banheiros () Boa () Regular () Ruim				() PNE
8. Telefone Público				() Alto () Baixo
9. Palco/Coreto				
10. Obra de arte				Qual. _____
11. Chafariz				
12. Estacionamento () Boa () Regular () Ruim				() Sombreado () Não Sombreado
13. Bicicletário				
14. Ponto de ônibus				() C/ abrigo () S/ Abrigo
15. Ponto de taxi				() C/ abrigo () S/ Abrigo
16. Quadra Poliesportiva () Boa () Regular () Ruim				Material piso _____ () Cercada () Iluminação
17. Campo Society				Material piso _____ () Cercada () Iluminação
18. Arquibancada				Material: _____
19. Ciclovia				
20. Pista de skate				
21. Academia popular () Boa () Regular () Ruim				
22. Playground				Material: _____ Material piso _____
23. Mesas multiuso				
24. Espaço para jogo de terra batida				
25. Área para cachorros				

26. Horta ou jardim comunitário				
27. Banca de jornal/Revista				
28. Monumento				
29. Quiosques () Boa () Regular () Ruim				Tipo: _____ () C/abrigo () S/abrigo
30. Edificação institucional				Qual _____
31. Igreja				
32. Quadros de avisos				() Visual () tátil () Sonora
33. Placa de Sinalização				
34. Terminais de informações				() Visual () tátil () Sonora
35. Guarita				
36. Pequeno depósito para equipamento				
37. Vagas especiais				
38. Aspecto geral da praça (limpeza e conservação) () Boa () Regular () Ruim				

Fonte: (DE ANGELIS, CASTRO & DE ANGELIS NETO, 2004); (BOVO, 2009) e (MACIEL, 2016)

Anexo 2- Critérios para avaliação qualitativa dos equipamentos presentes na praça

Equipamentos	Critérios	
Bancos	estado de conservação, material empregado em sua confecção, conforto, localização ao longo dos caminhos - se recuados ou não, distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não.	
Iluminação	alta ou baixa (em função da copa das árvores); tipo - poste, superposte, baliza, holofote, localização, conservação, atendimento ao objetivo precípua.	
Lixeiras	localização, funcionalidade, material empregado e conservação.	
Sanitários	condições de uso e conservação	
Telefone público	localização - na praça, próximo ou distante e conservação	
Bebedouros	tipo, condições de uso, conservação	
Piso	material empregado, funcionalidade, segurança e conservação	
Traçado dos caminhos	funcionalidade, largura, manutenção e desenho	
Palco/coreto/concha acústica	funcionalidade, conservação, <i>design</i> , uso (frequente, esporádico, sem uso), se compatível com o desenho da	

	praça ou parque	
Monumento/estátua/busto	significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça ou parque.	
Espelho d'água/chafariz/lagoa/lago	em funcionamento, se inserido ou não no contexto da praça ou parque e conservação	
Estacionamento	conservação, sombreamento e segurança	
Ponto de ônibus e de táxi	se na praça ou parque, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo e conservação	
Quadra esportiva	quantidade, conservação, material empregado com iluminação e cercada.	
Equipamentos para prática de exercícios físicos	tipo e quantidade, material empregado, conservação.	
Estrutura para a terceira idade	estruturas existentes e conservação	
Parque infantil	brinquedos que o compõem, material empregado e cor, se em área reservada e protegida e conservação	
Banca de revista	localização – periférica ou central, em evidência ou não, material empregado em sua construção, <i>design</i> (estética – se compatível com a praça ou parque).	
Quiosque para	tipo - <i>trailer</i> , carrinho,	

alimentação e/ou similar	construção em alvenaria (...), higiene, estética, localização.	
Segurança	frequência de pessoas, policiamento	
Conservação	estado geral da praça ou parque - equipamentos, estruturas, varrição,	
Localização	facilidade de acesso	
Vegetação	estado geral e manutenção	

Fonte: (BOVO, 2009)